

**Inserção dos imigrantes do Leste Europeu no mercado de trabalho
português: um estudo de caso**

Diana Solonari

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em
Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Orientador:

Doutor Nuno Manuel Ferreira Dias, Investigador PÓS-DOC, Dinâmia CET-IUL
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2015

Dedico a minha tese de Mestrado ao meu marido e aos meus pais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador Doutor Nuno Manuel Ferreira Dias pelo apoio, ajuda e dedicação dados durante todo este percurso.

Agradeço aos imigrantes que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, pois sem a sua colaboração este trabalho não seria possível.

Agradeço, especialmente, ao meu marido pelo apoio e ajuda prestados e pela paciência demonstrada durante todo este percurso.

Agradeço aos meus pais, em especial à minha mãe, pela força e coragem oferecida, por me motivar sempre a seguir em frente e nunca desistir.

Agradeço à minha família que sempre acreditou em mim e me incentivou a lutar pelos meus sonhos.

Agradeço à minha família portuguesa: Florbela e Francisco Borges pelo apoio dado e por estarem ao meu lado nos bons e nos maus momentos.

Agradeço a uma pessoa que já não se encontra connosco, por tudo o que ela fez por mim. Obrigada Maria Manuel. Que Deus a tenha em paz.

Agradeço, especialmente, à Kelly Santos e a todos os amigos que estiveram presentes desde o início até ao fim, contribuindo diretamente para acumulação de matérias, experiências e conhecimentos necessários para a conclusão do trabalho.

Obrigada a todos vocês, sem vós este trabalho não podia ser realizado.

Resumo

Portugal é um país de emigração, contudo, nas últimas três décadas, passou também a ser um país de acolhimento. Perante esta problemática, procurámos perceber os circunstancialismos da vida que levam os indivíduos a imigrar, bem como os fatores que conduzem à imigração.

No presente trabalho, centramos a nossa análise em populações provenientes de países do Leste Europeu, mais especificamente imigrantes ucranianos e moldavos que se encontram em segmentos específicos do mercado de trabalho nacional.

Objetivamos, portanto, examinar a incorporação dos imigrantes do Leste Europeu na empresa; perceber as variáveis que determinam a contratação dos trabalhadores imigrantes; analisar as diferentes conceções dos trabalhadores da empresa, no que diz respeito à forma de tratamento, percebendo se existe comportamento diferenciado por parte da empresa entre imigrantes e trabalhadores portugueses; e perceber como ocorre o processo de adaptação destes imigrantes à sociedade portuguesa. De forma a responder a estes objetivos optámos por uma investigação de cariz quantitativo feita através de um estudo de caso.

Relativamente à recolha de dados, esta foi realizada através de um inquérito por questionário enquanto técnica de recolha de dados. Para a realização deste estudo recorreu-se a uma amostra constituída por 31 funcionários que pertencem a uma empresa de transporte rodoviário de mercadorias internacionais, situada no distrito de Lisboa. Para a realização da análise estatística foi utilizado o programa estatístico IBM SPSS Statistics Versão 20 (*Statistical Package for the Social Sciences*). Numa análise final, realizámos o cruzamento dos dados da análise das políticas de imigração portuguesas, dos discursos políticos e das perceções dos participantes inquiridos.

Com este estudo pretendemos contribuir para o aumento do conhecimento sobre a temática em estudo.

Palavras-chave: imigração; imigrantes; mercado de trabalho; políticas de imigração; Leste Europeu.

Abstract

Portugal is a country of emigration, however, in the last three decades, it also became a hosting country. Towards this problematic, we have tried to understand the life's circumstantialisms that make individuals immigrate, as well as the factors that lead to immigration.

In this paper, we centred our analysis on populations originated from Eastern European countries, more specifically Ukrainian and Moldavian immigrants that are found in specific segments of the national labour market.

So, our aim is to examine the embodiment of Eastern immigrants at the company; understand the variables that determine the hiring of immigrant workers; analyze the company workers' different conceptions, regarding forms of treatment, understanding if a differentiated behaviour exists by companies between immigrants and Portuguese workers; and understand how these immigrants' adaptation process to the Portuguese society occurs. To answer to these objectives we opted for a quantitative investigation made by a case study.

Regarding the data collection, it was conducted through questionnaires as a way of gathering information. To conduct this study, a sample of 31 employees was used, belonging to an international road transport of goods company, located at the district of Lisbon. The statistical program IBM SPSS Statistics Version 20 (*Statistical Package for the Social Sciences*) was used to conduct the statistical analysis. On a final analysis, we have cross-linked the data of the Portuguese immigration policies' analysis, the political speeches and the perception of the questioning participants.

With this study we intend to contribute to increase the knowledge about the theme study.

Keywords: immigration; immigrants; labor market; immigration policies, Eastern Europe.

Índice

Índice de Quadros	viii
Índice de Figuras	x
Introdução	1
Nota Metodológica	3
Capítulo I – Panorâmica da Imigração em Portugal – evolução e contextualização	5
1.1 Evolução e situação atual dos imigrantes em Portugal	5
1.2 Os imigrantes do Leste Europeu no contexto global de imigração	10
Capítulo II – Legislação	12
2.1 Legislação portuguesa referente ao imigrante	12
2.2 Políticas Portuguesas para a imigração	13
2.3 Os novos imigrantes	16
Capítulo III – Mercado de trabalho	18
3.1 Situação geral e atual do mercado de trabalho em Portugal	18
3.2 Acesso ao mercado de trabalho, direitos e oportunidades	19
3.3 Iniciativas e apoios à empregabilidade de imigrantes	21
Capítulo IV –Estudo Empírico.....	23
4.1 Apresentação da empresa	23
4.2 Questionário	23
4.3 Apresentação de resultados	24
4.3.1 Caracterização da amostra	24
4.3.2 Vínculo contratual	26
4.3.3 Nacionalidade e adaptação a Portugal	33
4.3.4 Nacionalidade e motivos de imigração.....	35
4.3.5 Nacionalidade e família em Portugal.....	37
4.3.6 Nacionalidade e comunicação com os familiares	39
4.3.7 Nacionalidade e aprendizagem do português.....	40
4.3.8 Nacionalidade e planos para o futuro.....	42
5. Análise estatística.....	44
6. Discussão de Resultados	45
Conclusão	48
Bibliografia	51
Anexos	xi
Anexo A – Inquérito por questionário	xi
Anexo B – Objetivos	xvi

Anexo C – Estadísticas Descriptivas.....	xxix
--	------

Índice de Quadros

Capítulo I

Quadro 1.1.1 – Ranking das nacionalidades mais representativas em Portugal	7
Quadro 1.2.1 – Estimativas provisórias da população residente e indicadores demográficos em Portugal entre 2001 e 2010	10

Capítulo III

Quadro 3.1.1 – População empregada de nacionalidade estrangeira, por nacionalidade e situação na profissão	18
--	----

Capítulo IV

Quadro 4.3.2.1 – Tipo de contrato	26
Quadro 4.3.2.2 – Tempo de demora do contrato	27
Quadro 4.3.2.3 – Percurso	27
Quadro 4.3.2.4 – Motivos	28
Quadro 4.3.2.5 – Antes de vir	28
Quadro 4.3.2.6 – Foi viver... ..	28
Quadro 4.3.2.7 – Onde se encontra... ..	29
Quadro 4.3.2.8 – Faz parte de alguma associação de apoio de populações imigrantes?	29
Quadro 4.3.2.9 – Com que frequência comunica com os seus familiares, amigos que vivem no seu país de origem?	30
Quadro 4.3.2.10 – Como conseguiu o emprego?	30
Quadro 4.3.2.11 – Como se adaptou a viver em Portugal?	30
Quadro 4.3.2.12 – Quais são as principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?	31
Quadro 4.3.2.13 – Considera prioritário	31
Quadro 4.3.2.14 – Qual é a sua opinião sobre a integração entre a comunidade de acolhimento e a sua comunidade imigrante?	32
Quadro 4.3.15 – Portugal é um país que integra/recebe bem os imigrantes?	32
Quadro 4.3.2.16 – Planos	32
Quadro 4.3.2.17 – Futuro	33
Quadro 4.3.2.18 – Motivos para deixar o país	33
Quadro 4.3.3.1 – Testes do Qui-quadrado	34
Quadro 4.3.3.2 – Nacionalidade e adaptação	34
Quadro 4.3.4.1 – Testes do Qui-quadrado	35
Quadro 4.3.4.2 – Nacionalidade e motivos de emigração	36
Quadro 4.3.5.1 – Testes do Qui-quadrado	37
Quadro 4.3.5.2 – Nacionalidade e família em Portugal	38
Quadro 4.3.6.1 – Testes do Qui-quadrado	39

Quadro 4.3.6.2 – Nacionalidade e comunicação	39
Quadro 4.3.7.1 – Testes do Qui-quadrado.....	40
Quadro 4.3.7.2 – Nacionalidade e aprendizagem do português.....	41
Quadro 4.3.8.1 – Testes do Qui-quadrado.....	42
Quadro 4.3.8.2 – Nacionalidade e planos futuros	43

Índice de Figuras

Capítulo I

Figura 1.1.1 – Gráfico da população estrangeira a residir em Portugal entre 1991 e 2011.....	6
Figura 1.1.2 – Gráfico da idade média da população estrangeira, por nacionalidade	8
Figura 1.1.3 – Gráfico da população entre os 15 e os 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, por nível de escolaridade completa	9
Figura 1.1.4 – Distribuição geográfica da população estrangeira.....	9
Figura 1.2.1 -- Gráfico da população de Nacionalidade estrangeira por grupos.....	11

Capítulo II

Figura 2.2.1 -- Quatro eixos da política de imigração.....	15
--	----

Capítulo V

Figura 4.3.1.1 – Escalões etários.....	24
Figura 1.3.1.2 – Nacionalidade	25
Figura 4.3.1.3 – Escolaridade	25
Figura 4.3.1.4 – Gráfico do Tempo em Portugal	26
Figura 4.3.3.1 – Gráfico da Nacionalidade e adaptação.....	35
Figura 4.3.4.1 – Gráfico da Nacionalidade e motivos de emigração	37
Figura 4.3.5.1 – Gráfico da Nacionalidade e família em Portugal	38
Figura 4.3.6.1 – Gráfico da Nacionalidade e comunicação	40
Figura 4.3.7.1 – Gráfico da Nacionalidade e aprendizagem do português.....	42
Figura 4.3.8.1 – Gráfico da Nacionalidade e planos futuros	44

Introdução

Os estudos sobre as análises da relação entre o mercado de trabalho e a imigração representam uma área significativa dos estudos das migrações em Portugal. A motivação económica representa um dos principais estímulos para a migração internacional contemporânea e as consequências são evidentes na sua incorporação na economia nacional, maioritariamente em segmentos mal pagos e precários, e muitas vezes nas margens informais da economia. Esta incorporação ocorre, essencialmente, em setores como a construção civil, a restauração, a hotelaria, o serviço doméstico e a agricultura.

Numa altura em que a economia mundial enfrenta grandes desafios, questões como o emprego e a sobrevivência familiar são cada vez mais problemas globais. As medidas de austeridade que têm sido definidas politicamente, em muitos países, como a solução para corrigir desequilíbrios financeiros têm pressionado a vida dos seus habitantes a nível económico e, consequentemente, a nível social. Como resultado destas dificuldades, a migração por motivos económicos tem vindo a aumentar. Estes cidadãos encontram na migração uma perspetiva de melhores condições profissionais, familiares e sociais. As situações variam de país para país na medida em que seria complicado analisar toda a situação no seu conjunto pois, cada caso tem as suas variantes específicas conforme as políticas económicas adotadas e o mercado de trabalho de cada país.

O presente estudo irá centrar-se na situação de Portugal, mais especificamente numa análise da integração da mão-de-obra estrangeira no mercado de trabalho português, tentando identificar as várias componentes que determinam esta temática. Procuraremos analisar questões relacionadas com as leis a que os imigrantes estão sujeitos, como as questões sobre a residência e permanência legal em Portugal, e as leis que obrigam as empresas a oferecer aos trabalhadores imigrantes as mesmas condições que são oferecidas aos trabalhadores nacionais. Neste segundo ponto, teremos em conta as estatísticas e números recentes sobre a quantidade de imigrantes registados em Portugal, as igualdades no acesso ao emprego e nas condições oferecidas, e as iniciativas de organismos pertencentes ou ligados ao governo que visem melhorar e promover essa igualdade de direitos e condições laborais dos imigrantes.

Este estudo pretende, também, compreender as dificuldades que possam surgir a nível profissional, económico ou legal aos imigrantes que escolham Portugal como destino. Neste sentido, pretende-se verificar se os imigrantes beneficiam de uma justiça social e económica que defenda a igualdade de direitos em relação aos trabalhadores portugueses, e se o país oferece condições para uma integração suave e ágil no mercado de trabalho, promovendo iniciativas que defendam os imigrantes que cá queiram trabalhar e viver.

Neste sentido, o presente trabalho tem como finalidade a análise de alguns pontos relativos às recentes tendências na imigração e na sua relação com o mercado de trabalho na atual conjuntura para os imigrantes provenientes do Leste Europeu.

Relativamente aos pressupostos teóricos a bibliografia mobilizada foi escolhida pelo valor que representa na interpretação da realidade social em análise, nomeadamente, no que se relaciona com os aspetos que dizem respeito aos contingentes migratórios originários do Leste Europeu.

Esta investigação consiste em analisar os modos de incorporação destes imigrantes no mercado de trabalho português. Para tal, pretendemos elaborar um estudo de caso centrado numa empresa de transporte rodoviário de mercadorias internacionais, pretendendo, analisar a incorporação dos imigrantes do Leste Europeu no mercado de trabalho português. Ou seja, pretende-se saber qual é o estado atual do país relativamente a migração, a sua intergração à sociedade portuguesa e ao mercado de trabalho, especificamente para estes imigrantes oriundos do Leste Europeu.

Neste sentido, pretende-se recolher um conjunto de elementos de caracterização que possibilitem a construção de um modelo de análise científica. O plano de investigação sofreu algumas alterações relativamente ao plano original mas estas refletiram apenas o desenvolvimento e o curso do próprio projeto.

O trabalho de construção do objeto de estudo baseou-se na identificação do estado da arte e de outras leituras realizadas sobre a temática, que permitiram consolidar uma reflexão sobre as práticas dominantes relativas ao fenómeno da imigração em Portugal.

Para a realização da presente investigação optou-se por uma abordagem quantitativa, ou seja, pretendeu-se investigar a realidade observada empiricamente a partir de um conjunto de instrumentos metodológicos de recolha e análise de informação de âmbito quantitativo. Neste sentido, foi privilegiada como principal técnica de recolha de dados a aplicação de um inquérito por questionário. Procurou-se, em simultâneo, reconstruir o sentido das experiências narradas e interpretadas numa relação de diálogo, mediado pelo investigador, com os sujeitos de investigação.

Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) têm demonstrado que, nos últimos anos, a dinâmica demográfica dos imigrantes provenientes dos países do Leste Europeu tem sido de crescimento desde 2001 (Baganha *et al*, 2004: 96). Tendo em conta o exposto anteriormente, recorreu-se a uma metodologia que se caracteriza por estudo de caso. Dada a sua importância estatística, com a presente investigação, pretendemos analisar e comparar as experiências de integração dos trabalhadores provenientes da Europa de Leste a partir de um estudo de caso – o de uma empresa de transporte rodoviário de mercadorias internacionais.

Um estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente encontre semelhanças com outro tipo de situações quase idênticas. Este caracteriza-se, essencialmente, pelo seu carácter descritivo, indutivo e de natureza individual em que não existe controlo nem manipulação das causas do comportamento dos participantes no estudo (Merriam, 1988). Já Ludke e André (1986) afirmam que o próprio interesse no estudo de caso incide essencialmente naquilo que ele tem de único e particular, mesmo que posteriormente fiquem em evidência semelhanças com outros casos ou situações quase idênticas. O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do contexto da vida real. Para Yin (1989), esta definição,

apresentada como definição técnica, ajuda-nos a compreender e a distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa, em estudos semelhantes, como o estudo histórico.

Ao escolher o “caso”, o investigador estabelece um fio condutor de forma lógica e racional que irá guiar todo o processo de investigação (Creswell, 1994). Segundo Creswell, não se escolhe um estudo de caso para entender outros casos semelhantes, mas sim para compreender o caso em si. Portanto, o principal objetivo da investigação de âmbito quantitativo é a criação de “informação para descrever, comparar e prever atitudes, opiniões, valores e comportamentos com base no que as pessoas dizem ou veem ou está contido em registos sobre elas ou as suas atividades” (Fink, 1995:14). Este será então o nosso ponto de partida para a elaboração deste trabalho, sem ambição representativa mas atentos às pistas e conclusões que podem informar reflexões de âmbito mais alargado relativas à experiência migratória e de incorporação destas populações.

Nota Metodológica

O presente estudo aborda uma realidade sistémica onde se cruzam diversas dimensões relativas às experiências de imigrantes ucranianos e moldavos em Portugal. A pesquisa bibliográfica e revisão da literatura auxiliaram na definição e clarificação das linhas de orientação dos objetivos a explorar e constituíram o ponto de partida para o nosso trabalho. Foi realizada uma revisão da literatura que permitiu definir um quadro de referência teórico adequado e, na mesma medida, orientou a formulação das questões de investigação, apurando o sentido do estudo, bem como a formulação dos seus objetivos. Para tal, foi feito o levantamento e a seleção da bibliografia através de pesquisas em bases de dados, motores de pesquisa e catálogos bibliográficos de bibliotecas de instituições de ensino superior.

Relativamente à recolha de dados foi aplicado um inquérito por questionário. A escolha das perguntas procurou reflectir as dimensões explícitas nos objectivos do presente trabalho. O inquérito foi, assim, segmentado em quatro partes maiores: caracterização sociográfica; motivos de imigração; mercado de trabalho e relação entre colaboradores nacionais e colaboradores estrangeiros; incorporação dos imigrantes do Leste Europeu na sociedade portuguesa.

A amostra utilizada é não probabilística e, em função das condições de terreno, optámos por uma amostragem intencional. O inquérito por questionário foi aplicado a 31 motoristas, todos do género masculino, dos quais 17 são Ucranianos, 11 são Moldavos e 3 são Brasileiros. Dada a possibilidade de alargar o universo em análise e por questões de conveniência social no contato com os trabalhadores da empresa optámos por estender a aplicação a 3 motoristas da empresa que não são provenientes de países da Europa de Leste. Um alargamento também possível porque estes motoristas partilham a condição de imigrante no quadro geral da empresa. A média de idades dos inquiridos situa-se entre os 34 e os 57 anos de idade. A maioria dos participantes é detentora de grau académico superior existindo uma percentagem mínima de participantes que referem não possuir qualquer grau académico.

O presente trabalho encontra-se estruturado por capítulos. O Capítulo I contextualiza a evolução da imigração em Portugal, relatando o continuum histórico e também atual das populações imigrantes em análise no país. Através de dados gráficos e estatísticos procurou-se ainda caracterizar os principais imigrantes, as suas origens, bem como as suas qualificações. O Capítulo II centra-se na legislação portuguesa referente à imigração e às políticas portuguesas de imigração. Neste capítulo faz-se, também, referência às novas dinâmicas demográficas, nomeadamente, ao aumento dos imigrantes em Portugal. O Capítulo III procura discutir a incorporação dos imigrantes de Leste Europeu no mercado de trabalho, nomeadamente, as iniciativas e apoios à empregabilidade, o seu suporte laboral e social, bem como os seus direitos. O Capítulo IV refere-se à aplicação do questionário e ao restante trabalho de terreno.

Após o enquadramento dos capítulos, procedemos à apresentação dos resultados e discussão dos mesmos. Para concluir, apresentamos as considerações finais. Foram ainda colocados em anexo documentos relevantes utilizados ao longo do estudo.

Capítulo I – Panorâmica da Imigração em Portugal: evolução e contextualização

1.1 Evolução e situação atual dos imigrantes em Portugal

Através da análise da evolução da imigração para Portugal, constata-se que, até finais do século XX, esta era maioritariamente originária de países lusófonos¹, sendo que no que diz respeito a percentagens de imigrantes oriundos de outras nacionalidades, estas eram de acordo com o SEF (2000), consideradas residuais.

Com isto, pode-se considerar que a presença de imigrantes no panorama português era até ao ano de 2000 pouco ampla, sendo que os movimentos migratórios que se verificavam eram fruto do “passado colonial, das nossas relações históricas e culturais bem como das nossas relações económicas” (Baganha *et al*, 2010: 13).

De forma geral, os fluxos migratórios dirigem-se de países periféricos para os países centrais, observa-se uma ligação histórica e cultural com base na escolha dos destinos, nomeadamente, de Angola, Cabo Verde e do Brasil para Portugal. As abordagens teóricas sobre as migrações internacionais demonstram que existe uma ligação visível entre a própria história da colonização e a intervenção de algumas nações poderosas, que conduziu ao surgimento das migrações.

Segundo Salt (2001), a maioria dos imigrantes das últimas décadas são imigrantes temporários e laborais, uma categoria que inclui vários tipos de pessoas, como os empregados domésticos, os trabalhadores agrícolas, a construção civil, a hotelaria e a restauração.

No entanto, a entrada do novo milénio trouxe também novas configurações aos fluxos migratórios, sendo que a contribuição de fatores como: crise económica, desemprego, dificuldades económicas nos países de origem, nomeadamente de países do Leste Europeu, fez com que ocorresse uma entrada destes imigrantes em Portugal. Ao mesmo tempo observou-se uma segmentação dos mercados de trabalho, no caso específico em que a mão-de-obra estrangeira é procurada para satisfazer as necessidades dos mercados:

O acentuado crescimento na procura de mão-de-obra, causado pelo *boom* no setor da construção civil e obras públicas, verificado no final dos anos 90, início do milénio, não foi em larga medida satisfeito pelas fontes de fornecimento tradicionais, imigrantes dos PALOP² e do Brasil, mas sim por novas e inesperadas fontes, nomeadamente por imigrantes de países do Leste Europeu, e particularmente da Ucrânia (Baganha *et al*, 2001:14).

Ao mesmo tempo, Cohen (2005), considera que todos os tipos de migração aumentaram nos últimos 30 anos. No final do século XX, resultado das alterações políticas nos países do Leste Europeu e do

¹ Angola, Moçambique, Guiné- Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

² Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

processo de globalização económica, verificou-se uma alteração nos fluxos migratórios e Portugal não ficou à parte deste fenómeno. Assim, os anos 90 vieram demonstrar uma realidade que adquiriu novas dimensões a nível quantitativo, cultural, social e económico. Portugal assume, principalmente na última década do século XX, um papel importante como país recetor de imigrantes, nomeadamente, de países como a África, o Brasil, a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia.

Os dados estatísticos de 2007 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) sobre a população estrangeira residente em Portugal demonstram que, além do número cada vez maior de imigrantes que assume uma importância significativa, nos últimos anos a proveniência destes imigrantes é sobretudo dos países da Europa de Leste.

O número de estrangeiros tem aumentado de forma significativa entre os anos de 1986 e 2007, com uma taxa média anual de 8,8% (Castells, 2005). Tendo como base os dados fornecidos pelos inquéritos em 2007, realizados à população ucraniana, brasileira, e guineense residente em Portugal, constata-se que a maior parte destes emigrantes ocupa uma fatia bastante significativa no mercado de trabalho português (Castells, 2005).

Segundo Peixoto (2004), atualmente existem dois fluxos nos movimentos migratórios: os portugueses que saem para trabalhar noutros países, em paralelo com os estrangeiros que, com o mesmo objetivo, entram em Portugal. Assim, segundo o autor, Portugal está numa posição de ênfase em relação à escala da União Europeia, sendo ao mesmo tempo recetor e emissor de migrantes. Por isso mesmo, Portugal apresenta um regime misto.

De acordo com os Censos de 2011, residem em Portugal 394.496 estrangeiros, que representam 3.7% do total de residentes do país, ou seja, cerca de mais de 70% do que em 2001. O gráfico seguinte demonstra a população estrangeira a residir em Portugal entre 1991 e 2011.

Figura 1.1.1

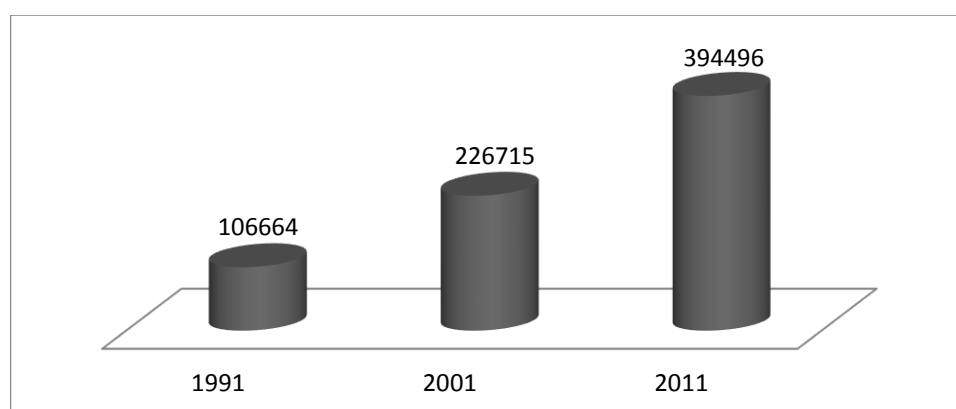


Gráfico da população estrangeira a residir em Portugal entre 1991 e 2011. Fonte: INE, 2011.

Observa-se que entre 1991 e 2011 a população estrangeira em Portugal aumentou consideravelmente. A nível geográfico, a região de Lisboa concentra mais de metade dos estrangeiros

a residir em Portugal, com 51,6%, seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve com 13%. O quadro seguinte apresenta as principais nacionalidades de estrangeiros a residir em Portugal em 2011.

Quadro 1.1.1

País	2011	2011	2001	Varição
	Nº	%	Nº	2001-2011
1º Brasil	109787	27,8	31869	244,5%
2º Cabo-Verde	38895	9,9	33145	17,3%
3º Ucrânia	33790	8,6	10793	213,1%
4º Angola	26954	6,8	37014	-27,2%
5º Roménia	24356	6,2	2661	815,3%
6º Guiné-Bissau	16360	4,1	15824	3,4%
7º Reino Unido	15774	4	8227	91,7%
8º França	14360	3,6	15359	-6,5%
9º China	11458	2,9	2176	426,6%
10º Espanha	10486	2,7	9047	15,9%
11º Moldávia	10475	2,7	2984	251,0%
12º S. Tomé e Príncipe	10408	2,6	8517	22,2%

Ranking das nacionalidades mais representativas em Portugal. Fonte: INE, 2011.

Brasil e Cabo Verde são os países que apresentam maior número de residentes em Portugal. Dentro deste núcleo é de destacar que os principais imigrantes em Portugal são do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 44 anos, como podemos verificar no gráfico seguinte.

Figura 1.1.2

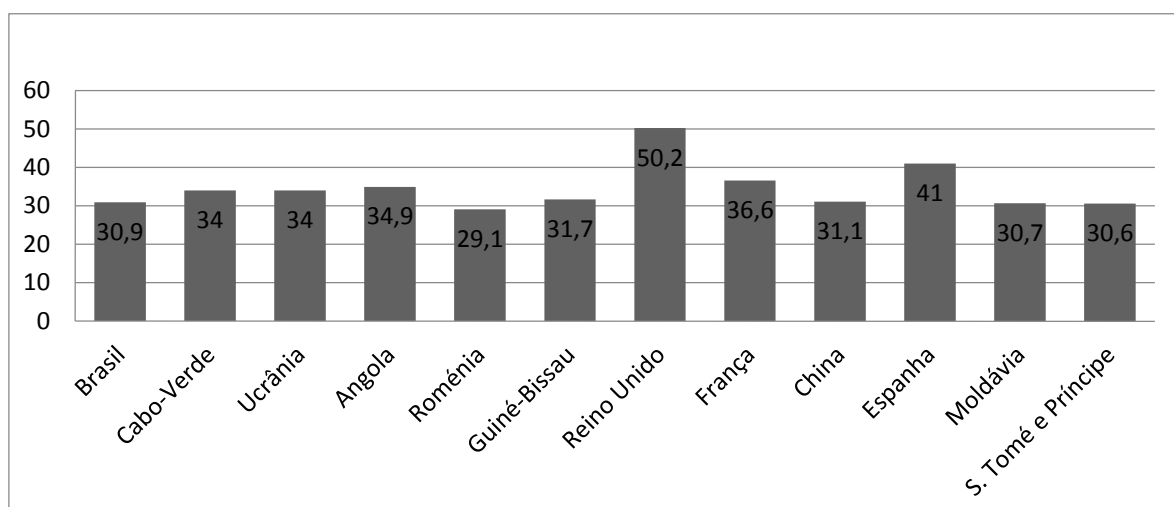


Gráfico da idade média da população estrangeira, por nacionalidade. Fonte: INE, 2011.

Em Portugal, em 2011, a população estrangeira era constituída por 206.410 mulheres sendo que os homens constituíam 188.086 (INE, 2011). A comunidade brasileira era a comunidade em que a percentagem feminina era maioritária. Já para as populações de Guiné-Bissau, Roménia, Moldávia e Ucrânia a proporção de homens era maior.

Verificou-se que os níveis de escolaridade da população ativa eram mais elevados comparativamente à população estrangeira, com o 3º ciclo do Ensino Básico. O Ensino Secundário e Pós-Secundário são a escolaridade mais representada na população estrangeira com 32,7%, enquanto na população nacional este nível representava 19,9%. Apenas no Ensino Superior, a população portuguesa apresentava um valor ligeiramente superior no total da população estrangeira, 16,6% e 14,4%, respetivamente (SEF).

Figura 1.1.3

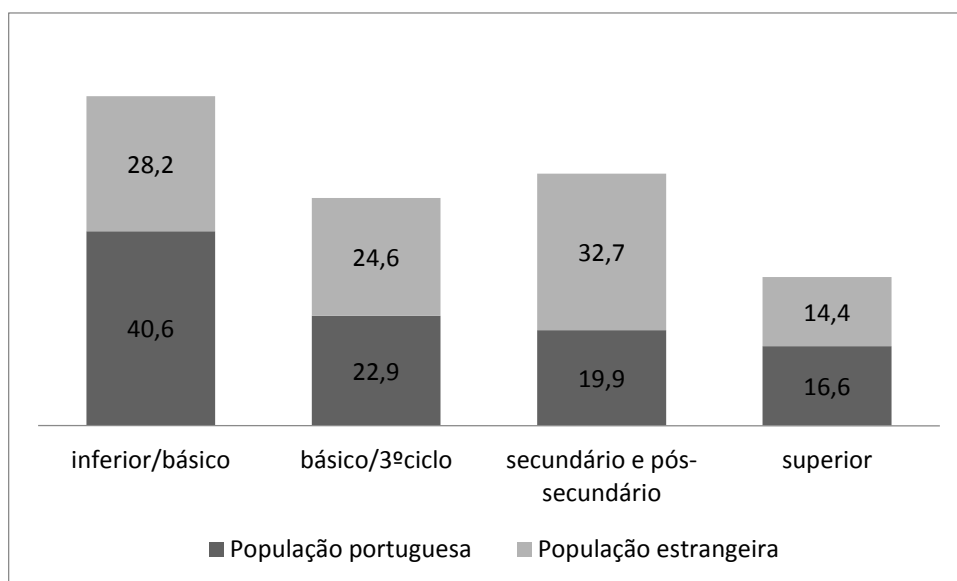
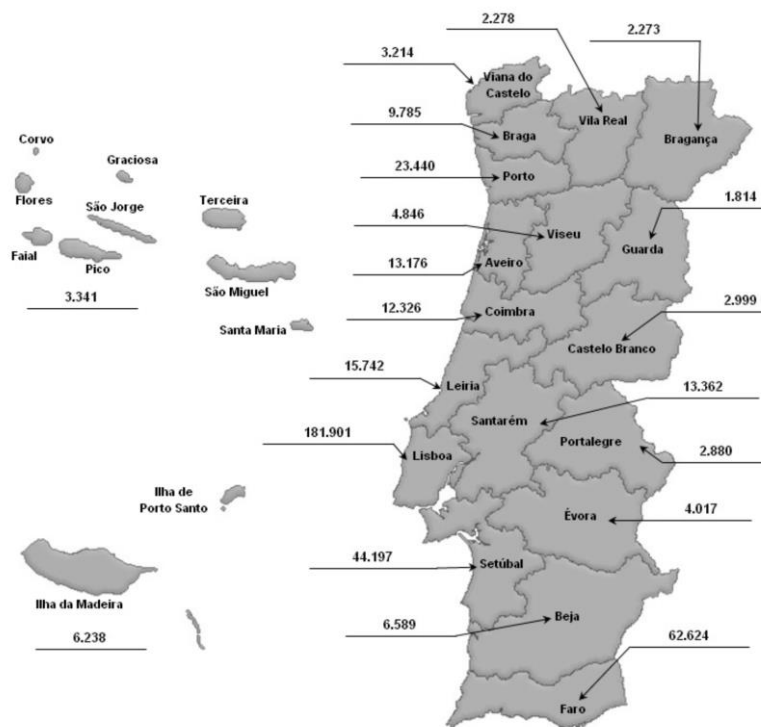


Gráfico da população entre os 15 e os 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, por nível de escolaridade completa. Fonte: INE, 2011.

Figura 1.1.4



Distribuição geográfica da população estrangeira. Fonte: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo.

Pelo que se pode observar, através de Figura 1.1.4, a distribuição territorial da população estrangeira centra-se na zona litoral do país, mais precisamente na área metropolitana de Lisboa (181.901), seguem-se depois com os distritos de Faro (62.624), Setúbal (44.197), Porto (23.440), Leiria (15.742), Santarém (13.362) e Aveiro (13.176). Pode-se dizer, portanto, que os imigrantes contribuem, de forma positiva, para o reforço e para a reestruturação, alargando as áreas metropolitanas e as cidades do litoral. Em relação a esta dispersão geográfica, salientamos um fator importante, ou seja, ao contrário das restantes comunidades de imigrantes, em vez de se concentrarem em áreas geográficas definidas, os imigrantes do Leste Europeu espalharam-se por todo o país, desde as principais cidades do litoral às pequenas aldeias do interior (Fontes, *online*).

1.2 Os imigrantes do Leste Europeu no contexto global de imigração

Tendo como panorama de fundo a crise atual, onde o desemprego progressivamente, os valores da entrada de imigrantes diminuem de forma visível, sendo expectável um aumento de saídas, pois a crise económica e o desemprego são fatores que incentivam a imigração, que por sua vez, sai a ganhar pela maior heterogeneidade na sua composição (Moreira, 2006).

O quadro a seguir demonstra as estimativas da população residente e os indicadores demográficos em Portugal, entre 2001 e 2010.

Quadro 1.2.1

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População em 31.XII (Nº)	10329 340	10407 465	10474 685	10529 255	10569 592	10599 095	10617 575	10627 250	10637 713	10636 979
Saldo Migratório (Nº)	65000	70000	63500	47240	38400	26100	19500	9361	15408	3815
Fluxo de Entradas (Nº)	74800	79300	72400	57920	49200	38800	46300	29718	32307	27545
Fluxo de Saídas (Nº)	9800	9300	8900	10680	10800	12700	26800	20357	16899	23760
Variação Populacional (Nº)	72682	78125	67220	54570	40337	29503	18480	9675	10463	734
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0	-0,05	-0,04
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18	0,09	0,14	0,04
Taxa de Crescimento Efetivo (%) (2)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17	0,09	0,1	-0,01
Índice de envelhecimento da população residente	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7	113,6	115,5	117,6	120,1

Estimativas provisórias da população residente e indicadores demográficos em Portugal entre 2001 e 2010.

Segundo os Censos de 2011, a população de nacionalidade estrangeira, por grupos de nacionalidade, cresceu cerca de 70%, o que corresponde a um aumento de 167.781 pessoas. O gráfico seguinte demonstra esses valores de forma mais específica.

Figura 1.2.1

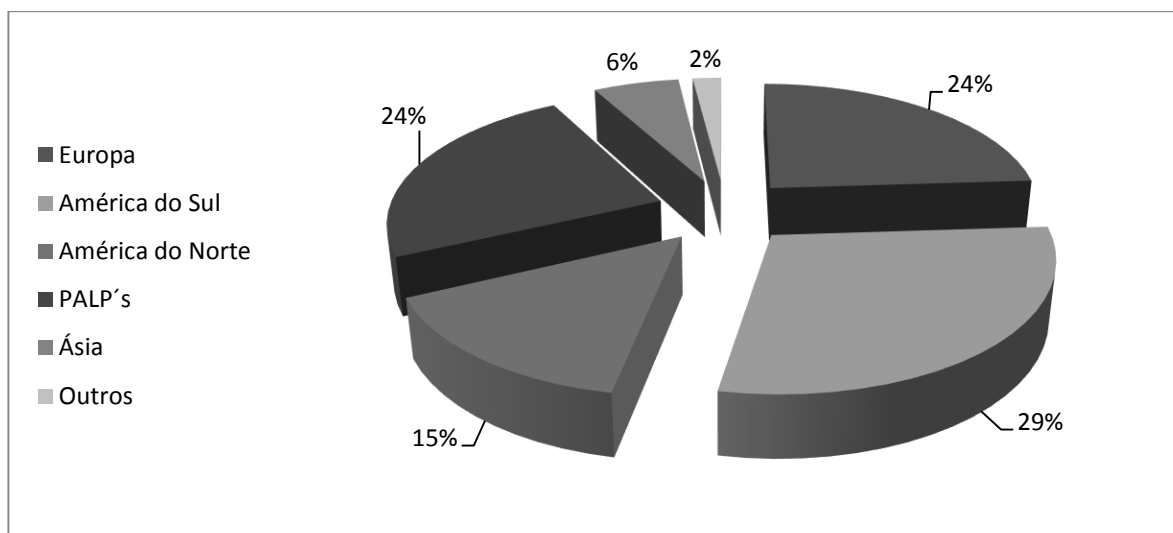


Gráfico da população de Nacionalidade estrangeira, por grupos, no ano de 2011. Fonte: INE, Censos 2011.

Analisando a população estrangeira por grupos de nacionalidade, o grupo mais representativo é o da América do Sul com a percentagem de 29%, segue-se o grupo dos países africanos com a percentagem de 24% e os países da União Europeia com a percentagem de 24%.

Assim, no contexto atual das migrações, Portugal representa um país de regime misto, uma vez que é recetor e emissor de migrantes. O crescimento, na primeira década do século XXI, representa uma inflexão devido à concorrência de três fatores: o acesso à nacionalidade portuguesa, a alteração de processos migratórios em alguns países de origem e o impacto da atual crise económica financeira.

Capítulo II – Legislação

2.1 Legislação portuguesa referente ao imigrante

Em meados da década de 60, o fluxo migratório em Portugal era caracterizado pela migração, após a revolução de Abril de 1974 essa realidade alterou-se substancialmente, verificando-se, a partir de então, um aumento exponencial da população estrangeira em Portugal, essencialmente proveniente de colónias africanas (Jesus e Menezes, 2010). Este facto trouxe algumas vantagens devido à partilha e similaridade da mesma língua e cultura das suas ex-colónias. Segundo dados do SEF (2008), o país recebe imigrantes oriundos de outros países, para além das suas ex-colónias, e os fluxos migratórios de zonas como o Leste Europeu têm vindo a ser significativos. A legislação portuguesa e as políticas de imigração estão intrinsecamente ligadas a esta realidade do novo fluxo migratório.

Baganha (2005) sustenta que as políticas são definidas de forma restritiva, a fim de estabelecerem e controlarem quem entra, quem sai e quem permanece no país. Além disso, as políticas apontam o “perfil” das pessoas que o país deve receber e quantos imigrantes deve receber.

Em meados dos anos 80, com a entrada de Portugal na comunidade europeia, ocorreu um maior investimento na infraestrutura e, conseqüentemente, verificou-se novas oportunidades de trabalho em Portugal. Esta mudança foi percebida e o número de imigrantes aumentou em grande escala (Ribeiro *et al*, 2012). Para dar entrada em Portugal, muitos optaram pelos vistos de curta duração, como de turistas e estudantes, e acabaram por permanecer no país de forma ilegal.

A partir de 2000, ocorreram alterações na legislação ao nível da entrada, permanência e saída de estrangeiros em Portugal. Perante a necessidade do aumento da mão-de-obra no país, o governo português criou, em 2001, uma autorização de permanência. Segundo essa autorização, após os 5 anos de permanência no país, obtinha-se o direito de autorização de residência (SEF). Neste período, no processo de legalização verificou-se um aumento de pedidos de autorização (Ribeiro *et al*, 2012) uma vez que esta nova lei possibilitava o acesso não só à autorização de residência, e também a um contrato de trabalho.

Mais tarde, a aplicação do Decreto-Lei nº 4/2001, traduziu-se num aumento visível de imigrantes legais em território português, passando de 220.000 pessoas em 2000, para 346.000 no fim do ano. Tendo em atenção este facto verificou-se, igualmente, um aumento acentuado de imigrantes ilegais. Face ao exposto, foi notável a necessidade de consagrar uma política de imigração que se destinasse a promover a imigração legal relacionada com as possibilidades e necessidades reais do país e com a imigração ilegal. Foi, assim, criada a Nova Lei da Imigração, que se traduz pela criação do Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro, que veio dar um novo conteúdo à legislação relacionada com a imigração e que, posteriormente, em 2004, foi regulamentada pelo Decreto Regulamentar aprovado pelo Conselho de Ministros, no dia 17 de Janeiro de 2004.

Este importante Decreto permitiu que os imigrantes ilegais, que se encontravam a trabalhar e a descontar para o Fisco e Segurança Social por um período superior a 90 dias, tivessem a possibilidade de se regularizar. As alterações posteriormente introduzidas pelo Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro, associaram ainda uma política de imigração que favoreceu a imigração legal em relação ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, combateu a imigração ilegal. Em relação ao emprego, a Lei nº 90/98 estabeleceu a regulamentação do trabalho de estrangeiros em território português no que diz respeito ao trabalho descrito no artigo 1º. Segundo o artigo 2º da Lei nº 90/98: “Os cidadãos estrangeiros, com residência ou permanência legal em território português, beneficiam, no exercício da sua atividade profissional, de condições de trabalho nos mesmos termos que os trabalhadores com nacionalidade portuguesa”.

No sentido de conseguirem desenvolver um processo de residência, a alteração do artigo da Lei nº 23/2007, teve como principal objetivo a inserção no ordenamento jurídico português de algumas diretrizes que foram aprovadas pelo Parlamento Europeu e do Conselho. Relativamente ao termo de responsabilidade, alguns imigrantes recorreram a este documento para tornar o processo de regularização mais rápido e mais fácil. Esta lei, comparativamente às anteriores, foi considerada menos restritiva, fator este que é atualmente associado ao maior número de desemprego, pois os dados atuais estão associados à implementação das políticas de menos restrição e aquisição de nacionalidade (Ribeiro *et al*, 2012).

Como resultado das diferentes disposições comunitárias relacionadas com a livre circulação de pessoas nos países membros da UE e, igualmente, pela adesão de Portugal à Convenção de Schengen, torna-se necessário o ajustamento da legislação portuguesa em relação à regulamentação das condições de entrada e saída de estrangeiros.

É importante referir que qualquer estrangeiro que chegue a Portugal, e que queira trabalhar, necessita ter um visto de trabalho ou autorização de residência. No que diz respeito à integração dos imigrantes, Portugal é considerado um país que está capacitado com estratégias favoráveis à integração de imigrantes. De facto, Portugal tem sido apontado como um modelo em termos de estruturas políticas de integração e inclusão dos imigrantes (ONU, 2008), fator este que poderá ser confirmado devido à participação destes nos enquadramentos legais. Contudo, apesar de Portugal disponibilizar recursos financeiros e reconhecer as associações de imigrantes, não tem uma política sistemática, restringindo, por vezes, a sua participação cívica e política (Sardinha, 2007).

2.2 Políticas Portuguesas para a Imigração

As políticas portuguesas de acolhimento e inclusão de imigrantes foram essencialmente destacadas no Relatório *O Futuro das Migrações: Reforço de Capacidade para a Mudança*, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) - em Lisboa, Porto e Faro - são realçados, nesta avaliação, como um serviço de informação

integrado, exemplo de uma intervenção coordenada e coerente entre várias entidades parceiras. O desenho institucional reflete a importância que lhe foi atribuída e a visão global e integradora das várias áreas temáticas. Assim sendo, a política portuguesa para a imigração assenta em seis princípios, nomeadamente:

- a) **A igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos** que se encontram a residir em Portugal com exceção de alguns direitos políticos. O combate a qualquer forma de discriminação e o exercício de direitos e deveres dos imigrantes determina o que se defende nas políticas de imigração: o acesso igual ao trabalho, saúde, educação, segurança social e justiça. Da mesma forma, o respeito pela lei, a participação cívica ou o pagamento de impostos são obrigações que todos os imigrantes devem cumprir. No sentido de concretização deste princípio, existe uma legislação nacional e comunitária, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR).
- b) **O Princípio da Hospitalidade:** desenvolvem-se em Portugal programas e ações específicas que possibilitam o acolhimento a imigrantes. No sentido de colocar em prática este princípio, o Sistema Nacional de Apoio ao Emigrante desenvolve iniciativas como os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, com a presença das instituições públicas, bem como um conjunto diversificado de gabinetes de apoio, onde o imigrante tem acesso aos direitos fundamentais.
- c) **O Princípio da Plena Cidadania** em que o imigrante é um cidadão de pleno direito, e construtor ativo de uma comunidade de destino.
- d) **Os Princípios da Corresponsabilidade e Participação** como consequência da política de imigração, que defende uma sociedade inclusiva através do respeito pelo princípio da plena participação cultural e política de todos os cidadãos nacionais e imigrantes.
- e) **O Princípio da Interculturalidade** que inclui a gestão da diversidade cultural, promovendo a afirmação da riqueza da diversidade de diálogo. O modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural.
- f) **O Princípio do Consenso:** a procura do diálogo e da negociação, de um consenso político e social alargado não representa uma questão tácita, mas sim, uma opção essencial para afastar a política de imigração. Como exemplo, foi possível alterar a Lei da Nacionalidade, tornando-a mais aberta e humanista.

Assim, a Política de Imigração em Portugal procura responder a padrões de ordem ética, humanista e de interesse nacional, que se estrutura em quatro eixos:

Figura 2.2.1



Quatro eixos da política de imigração.

Fonte: adaptado de Relatório de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras migração.

Como referido anteriormente, a partir do anos 80 para dar entrada em Portugal, muitos optaram pelos vistos de curta duração, como de turistas e estudantes e acabaram permanecendo no país de forma ilegal. Numa fase posterior, o legislador português consagra a distinção entre os estrangeiros nacionais de países de Estados Membros da Comunidade Europeia. Assim sendo, a entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros e os seus familiares nacionais passa a ser regida por legislação própria (Decreto-Lei nº60/93, de 03 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº250/98 de 11 de Agosto).

Com o objetivo de implementar medidas mais favoráveis criou-se a Lei de Imigração a 3 de Março de 1993/ nº59/93 e o Decreto-Lei nº 212/92 para integração de imigrantes e regularização da situação dos imigrantes clandestinos. Na década de 90, sem grandes avanços e com a contínua situação da imigração ilegal no país, Portugal foi forçado a tomar, mais uma vez, medidas legais de suporte a esta problemática. A partir desse momento, as medidas políticas de regularização extraordinária de imigrantes ilegais realizou-se e o país passou a integrar dezenas de milhares de imigrantes, apoiados pelo Decreto/Lei nº 212/92 (Ribeiro *et al*, 2012). Baganha (2005) considera que esta medida foi, na realidade, uma política restritiva. Sendo a primeira regulação política após a entrada do país na União Europeia, está estancado de maneira explícita o fluxo migratório, fazendo com que na prática nada mudasse, inclusive nenhuma alteração na sucessão de vistos aos participantes do PALOP, o que fez com que estes continuassem a entrar no país de forma ilegal e em maior número.

Em 1996, procedeu-se à segunda regularização extraordinária através da Lei nº 17/96 objetivando regularizar os imigrantes que cujo estatuto legal não tinha sido regularizado na primeira data ou que entraram no país posteriormente. Baganha ressalva que o governo procurava “promover a futura cooperação e amizade com os países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil e garantir menores níveis de risco para os portugueses ameaçados pelo crescimento da marginalização e da exclusão provocados pela imigração clandestina” (2005: 33). Peixoto e Sabino (2009, referidos por Ribeiro *et al*, 2012), relatam que pela primeira vez o governo passou a preocupar-se não só com a

regulação dos fluxos migratórios, mas também com as áreas da administração interna e da política social.

Atualmente, Portugal acolhe cerca de 440.277 estrangeiros residentes e dessa realidade surge a necessidade de regulamentar a residência e permanência no país, bem como, as condições de trabalho destes cidadãos, uma vez que “as políticas de imigração acarretam um papel importante na participação cívica e política dos imigrantes” (Ribeiro *et al*, 2012: 28). Um exemplo dessa problemática é visto na presença expressiva de brasileiros em contexto português, onde surge recentemente, em 2003, o acordo Luso-Brasileiro, uma política que impulsionou estratégias de favorecimento da contratação de trabalhadores e da regularização com contrato de trabalho até à data do protocolo para a integração de imigrantes brasileiros (Jesus e Menezes, 2010). Contudo, apesar das facilidades oriundas da língua irmã, dos laços históricos e do tratado realizado, os imigrantes brasileiros e de outras nacionalidades continuam a enfrentar alguns obstáculos, como a integração plena, o preconceito e, reflexo disso, a discriminação, sobretudo com as mulheres (Lages e Policarpo, 2003).

Sonn (2002) acrescenta que a participação tem sido associada a formas de inclusão e integração dos imigrantes, pois o facto de o imigrante estar inserido na comunidade e participar activamente nesta, promove o sentimento de pertença, de identificação e de apoio nas relações com os outros e, por isso, tem funções integrativas e de adaptação.

2.3 Os novos imigrantes

A população imigrante de países terceiros era, em Portugal, proveniente dos países lusófonos (77%), cobrindo os restantes 23% de outras origens (Baganha *et al*, 2004: 95). O quadro migratório que existia em Portugal desde os anos 1980 alterou-se de forma significativa em 2001, decorrente da entrada em território nacional de milhares de imigrantes de países da Europa do leste (Baganha *et al*, 2004: 96). Segundo Baganha *et al*, a intensidade migratória do Leste Europeu, ocorreu devido a um conjunto de fatores, nomeadamente: a elevada pressão migratória nas regiões do fluxo; a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte dos outros países da UE; a facilidade de movimento no espaço Schengen; e o tráfico de pessoas organizado a partir da Europa de Leste (2004: 98).

As diferentes modalidades para obter emprego permitem determinar uma forma de integração dos imigrantes da Europa do Leste no mercado de trabalho português. O principal fator determinante na integração social dos imigrantes na sociedade de acolhimento representa a aquisição de um conjunto de competências sociais e culturais, nomeadamente, as competências linguísticas. Estas competências são fundamentais, na medida em que permitem criar formas de relacionamento com a população autóctone e, igualmente, a aquisição de informações sobre as oportunidades existentes (Chiswick, 1991; Chiswick e Miller, 1996; Dustmann, 1994; Espenshade e Fu, 1997).

É pertinente referir que um dos maiores problemas dos imigrantes, em qualquer parte do mundo, reside no desconhecimento da língua do país de acolhimento. Quando não a conhecem ficam numa situação particularmente vulnerável o que acaba, também, por lhes dificultar a sua inserção num mercado de trabalho mais qualificado. É por esta razão que procuram de forma desesperada encontrar outros compatriotas que os possam ajudar a sobreviver num meio que nem sempre é hospitaleiro. Neste aspeto, as associações de imigrantes e as igrejas das respetivas comunidades desempenham, geralmente, um papel muito importante. Salientamos, deste modo, o facto de a aprendizagem do português, no seu nível mais elementar, constituir um imprescindível instrumento de sobrevivência para qualquer imigrante.

Segundo o SEF (2012), população estrangeira residente em Portugal, a 31 de Dezembro de 2012, totalizava 417.012 cidadãos. Segundo a mesma fonte, Portugal assume-se como um país de regime misto, pois é um recetor e um emissor de imigrantes. A razão do crescimento, na última década, deve-se à procura da nacionalidade portuguesa, à alteração de processos migratórios em alguns países de origem e ao impacto da atual crise económica e financeira.

A Ucrânia mantém-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal, cerca de 10.6%, com 44.074 residentes em Portugal, em 2011 (SEF, 2012). A situação da queda do Bloco Soviético e a crise económica que a Ucrânia vive desde há muitos anos teve como consequência a retirada em massa desse país, os quais tiveram que se adaptar a mudanças profundas ocorridas no mercado de trabalho, no país recetor. Verifica-se a existência do exercício de profissões não correspondentes às suas qualificações profissionais e escolares.

Segundo Portes (1999), em Portugal estes imigrantes são, geralmente, recrutados para profissões pouco qualificadas e continuam num processo de desqualificação profissional. As entradas irregulares no nosso país, aliadas às diferentes vulnerabilidades que estes imigrantes apresentam, limitam a que estes de certa forma se abstenham de tentar qualquer processo de reconhecimento das suas competências escolares e profissionais.

Assim, pelo facto de permanecerem por períodos longos, a necessidade de inserção no mercado de trabalho, em profissões pouco qualificadas, são decorrentes das suas necessidades de subsistência imediata e estatuto legal de imigrante. Segundo Pires (2000) e Baganha *et al* (2001), estes imigrantes estão numa situação na qual se veem impossibilitados de estabelecer outro tipo de relações laborais e, por essa razão, confrontam-se com processos difíceis de realizar, relativamente às equivalências.

É importante referir que a própria estrutura do mercado de trabalho proporciona a estes imigrantes maiores compensações monetárias no mercado de trabalho informal, embora o risco de precaridade seja elevado. Assim, segundo Pires (2000), o mercado informal regista uma maior procura de mão-de-obra imigrante.

Capítulo III – Mercado de trabalho

3.1 Situação geral e atual do mercado de trabalho em Portugal

Portugal enfrenta atualmente, uma situação económica e social difícil. Desde o início da crise global, em 2008, o desemprego tem aumentado de forma drástica sendo que os trabalhadores jovens e as famílias têm sido afetados de forma desproporcional pela contração económica.

Cerca de 4.8 milhões de pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos estavam empregadas no terceiro semestre de 2008, na altura da crise financeira global (SEF/INE). Contudo, o número de pessoas empregadas caiu para 4.5 milhões, em 2011 (SEF/INE). Desde essa altura, a queda do emprego tem vindo a acelerar e somente 4.2 milhões de pessoas estavam empregadas no segundo trimestre de 2013 (SEF/INE).

Segundo a OCDE (2007), a população imigrante apresenta taxas de atividade, tanto masculina como feminina, superiores à restante população portuguesa. Segundo Phizacklea (2005), a imigração está diretamente relacionada com a flexibilização laboral. O regime de trabalhadores temporários contribui para o abandono do trabalho no estrangeiro e a mobilidade entre os vários setores.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) revela as características dos segmentos particulares da população ativa estrangeira. Os números permitem salientar que a proporção dos indivíduos de nacionalidade estrangeira entre a população ativa em Portugal situa-se, atualmente, em cerca de 5 a 6% (SEF/INE). Assim, tendo em conta os imigrantes em situação irregular, atualmente, é impossível determinar com pormenor, os números reais. Somente adotando a fonte de Quadros de Pessoal, determina-se que 5,2% dos empregados são estrangeiros. O quadro seguinte demonstra os números de ativos estrangeiros em Portugal.

Quadro 3.1.1

Nacionalidade	Total		Situação na profissão					
			Total			%		
	Nº	%	Emprega dor	TCO	Outros	Emprega dor	TCO	Outros
UE/25	11576	8,1	1606	9915	55	13,9	85,7	0,5
Ucrânia	28252	19,8	43	28157	52	0,2	99,7	0,2
Outros Euro. Leste	15999	11,2	83	15895	21	0,5	99,3	0,1
Cabo Verde	13846	9,7	180	13658	8	1,3	98,6	0,1
Outros PALOP	24043	16,9	319	23697	27	1,3	98,6	0,1
Brasil	28237	19,8	491	27712	34	1,7	98,1	0,1
Outros	20621	14,5	1365	19218	38	6,6	93,2	0,2
Total	142574	100	4087	138252	235	2,9	97,0	0,2

População empregada de nacionalidade estrangeira, por nacionalidade e situação na profissão.

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2011.

Através do quadro 3.1.1, observa-se que são essencialmente os indivíduos oriundos da Ucrânia, PLOP e do Brasil que mais integram o quadro de emprego em Portugal. A nível internacional, o peso dos imigrantes no total da população portuguesa é relativamente baixo. A imigração em Portugal é um fenómeno recente, tal como nos países como a Irlanda e a Grécia. A imigração dos indivíduos do Leste Europeu esteve relacionada, essencialmente, com as oportunidades de emprego, tanto para os homens como para as mulheres (Carneiro *et al*, 2010).

Os requisitos principais para solicitar o reagrupamento familiar em Portugal, caracterizam-se pela obtenção de um visto de residência e de trabalho em vigor, alojamento e meios de subsistência da pessoa e da família (Baganha, 2005). Quando um indivíduo opta pela imigração para obter emprego, contribui para o desenvolvimento dos países de origem, devido ao envio de remessas, à migração de retorno e ao empenho das comunidades transnacionais. Nos países de destino, os imigrantes com diferentes níveis de competências contribuem para a produtividade e crescimento dos mesmos. Assim, os trabalhadores com altas qualificações correspondem à procura de indústrias de alta tecnologia e mantêm as economias globalmente competitivas. Da mesma forma, os trabalhadores com menos qualificações preenchem os empregos de grande procura que os trabalhadores nacionais evitam. Para além disso, a imigração rejuvenesce a força do trabalho e contribui para a manutenção dos regimes de segurança e assistência social num contexto de declínio nacional (OIT, 2006).

No caso concreto de Portugal, um dos problemas do país é a fraca capacidade do mercado de trabalho nacional em dar resposta ao crescimento da atividade produtiva (Fontes, *online*). Esta situação é agravada por diversos fatores como a baixa taxa de natalidade; o elevado envelhecimento da população portuguesa; a emigração secular que embora tenha abrandado, ainda não estagnou; e a reduzida capacidade de inovação das empresas e do Estado, nomeadamente, para produzir mais e melhor com menos recursos humanos. É por estas e outras razões que os imigrantes assumem um papel de destaque pois, sem eles, muitas das atividades produtivas do país já teriam entrado em completa regressão, ou mesmo desaparecido, com consequências catastróficas para a economia e para a sociedade portuguesa.

3.2 Acesso ao mercado de trabalho, direitos e oportunidades

Segundo o OIT (2005)³, cerca de 191 milhões de mulheres e homens atravessaram as fronteiras com a finalidade de residir ou trabalhar em Portugal. A imigração, em termos de emprego,

³ A OIT é membro fundador do Grupo de Genebra sobre Migração, atualmente denominado Global Migration Group (GMG), criado em 2003 para reforçar a coordenação e complementaridade em matéria de migração. Tem igualmente o estatuto de observador no Global Forum on Migration and Development.

A OIT trabalha em colaboração e cooperação estreitas com a OCDE, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Divisão da População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa.

pode contribuir para o desenvolvimento dos países de origem, devido à remessa de fundos e ao empenho das comunidades transnacionais. Os imigrantes podem, igualmente, trazer capital humano, financeiro e social⁴ ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento de novos mercados, bem como, a criação de laços comerciais, a transferência de tecnologia e as reformas económicas e políticas.

Os imigrantes, possuidores de níveis diferentes de competências, contribuem de forma substancial para a produtividade e crescimento. De forma paralela, os trabalhadores com altas qualificações correspondem à procura das indústrias de alta tecnologia e mantêm as economias globalmente competitivas, enquanto os trabalhadores com menos qualificações preenchem os empregos de grande procura, que os trabalhadores nacionais, geralmente, evitam, embora sejam empregos essenciais em setores como: a agricultura, a construção e a indústria hoteleira. Ao mesmo tempo, a imigração revigora a força de trabalho e contribui para a manutenção dos regimes de segurança e de assistência social, tendo ainda em atenção que se assiste a um envelhecimento progressivo da população.

Existe, segundo a ILO (2005), uma dicotomia entre a procura crescente e não reconhecida de mão-de-obra estrangeira, alimentada pelo declínio demográfico e pelas necessidades de mercado de trabalho, bem como pelos vários obstáculos que são colocados na admissão dos imigrantes. O isolamento mundial nos mercados de trabalho influencia, de forma significativa, os vários tipos de trabalho que estão disponíveis para os imigrantes. São muitos os setores económicos acessíveis aos homens, enquanto as mulheres, estão fortemente, concentradas no setor dos serviços.

No ano de 2000, a percentagem de trabalhadores qualificados correspondeu a 11% do número total (OCDE, 2007)⁵. Por outro lado, os imigrantes atualmente passam por dificuldades e condições de trabalho deficientes, em que são também alvo de racismo, sexismo e discriminação no mercado de trabalho. Igualmente, a concentração das mulheres imigrantes em domicílios privados ou não regulamentados, pode ter como consequência uma maior vulnerabilidade de discriminação, com base no sexo, raça, origem étnica e de nacionalidade.

Existem dois instrumentos da OIT que são essenciais na proteção das mulheres e dos homens. Um deles é a Declaração da OIT, que está relacionada com os Princípios e Direitos Fundamentais no trabalho (1998), que obriga a que todos os Estados Membros da OIT respeitem e promovam os princípios relativos aos direitos fundamentais no trabalho. Estes princípios são: a liberdade sindical, o direito à negociação coletiva, a não-discriminação no trabalho e na profissão, a abolição efetiva do trabalho infantil e a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou mesmo obrigatório (Attström, 2008).

⁴ ILO, 2005. Migrant Workers Estimates (Programa Internacional das Migrações (MIGRANT), Geneva).

⁵ OECD 2007. "International migration to OECD countries continues to grow in response to labour needs", disponível em: http://www.oecd.org/document/39/0,3343,en_2649_33931_38835943_1_1_1_1,00.html

No ano de 2004, a Comissão Nacional sobre a Dimensão Social da Globalização propôs o desenvolvimento de um quadro multilateral, que se destina a gerir a imigração a nível internacional e que impulsiona oportunidades que fomentem as imigrações. Tem como objetivos, essencialmente, eliminar o tráfico e abusos contra as mulheres, garantindo a proteção contra a discriminação e facilitando a integração local. Estes objetivos seguiram-se pelo Debate Geral e Resolução da Conferência Internacional do Trabalho em 2004, identificando vias políticas pertinentes para a governação da imigração de mão-de-obra. O debate estabeleceu um plano de ação explícito e abrangente para a Organização em 178 países.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 4/2001, o quadro imigratório em Portugal foi alterado, nomeadamente, no que diz respeito aos fluxos de integração dos imigrantes. Assim sendo, o novo quadro legal determina o regime das autorizações de permanência e estabelece o limite máximo de entradas de imigrantes económicos, exigindo a concessão de reagrupamento familiar.

Atualmente encontra-se aprovado o II PII Plano de Integração de Imigrantes, publicado a 17 de Setembro de 2010 no Diário da República, consolidado na Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010. Este plano renova os principais objetivos do estado português, dando continuidade a uma nova geração de políticas sociais.

É pertinente referir que a estrutura do II PII Plano inclui 17 áreas de intervenção, entre as quais: o acolhimento, a cultura e a língua, o emprego, a formação profissional e dinâmicas empresariais, a educação, a solidariedade e segurança social; a saúde; a habitação; o acesso à cidadania e participação cívica; a promoção da diversidade e da interculturalidade e questões de género. De uma forma geral, nos últimos anos, os imigrantes na Europa têm contribuído para o crescimento económico e para a criação de emprego.

3.3 Iniciativas e apoios à empregabilidade de imigrantes

O apoio ao emigrante efetua-se através de inúmeras iniciativas, nomeadamente, no Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante, um importante serviço do Estado, dependente do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, gerido pelo Centro de Acolhimento João Paulo II, desde abril de 2008. Este é um espaço de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que tem como finalidade a ajuda à resolução de problemas do imigrante, possuindo uma capacidade de interação com as estruturas locais. Além destes fatores, tem como missão apoiar o processo de acolhimento e integração dos imigrantes a nível local.

A Associação dos Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO, registada em 2002, no Diário da República III série, 27 872- (33), no Despacho nº 1025/2004, tem como finalidade a promoção, a entreaajuda e a cooperação entre os seus membros, com o objetivo de auxiliar a sua integração social, cultural e profissional.

No que concerne à aprendizagem da língua, são elaboradas diferentes estratégias, apoiadas pela facilidade de manuseamento dos recursos linguísticos que estão disponíveis. O Quadro de

Referência Estratégico Nacional, tendo como base as políticas preventivas e intervenção para os imigrantes de outros países, incluiu medidas de criação de melhores condições de acesso a bens e serviços públicos, nomeadamente, o apoio na educação inclusive na qualificação de jovens e adultos, o apoio social e o apoio na saúde.

A Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social – Portugal (2008 / 2009), em associação com o Novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, inclui o Plano Nacional de Ação para a Inclusão, definindo como principais prioridades ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente, pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.

Igualmente, as medidas que se relacionam com os imigrantes têm como finalidade assegurar a realização dos seus direitos, designadamente através do acesso a serviços, proteção social, educação e formação. É de referir que as políticas a nível nacional, nomeadamente, no domínio da integração de imigrantes, são avaliadas pelo *Migrant Integration Policy Index*⁶ (2011), que tem como finalidade, comparar as políticas nacionais dos 27 Estados-membros da UE, para avaliar o caminho que o imigrante tem que percorrer até a sua integração no país de acolhimento. Este ranking está dividido por seis áreas de políticas de integração que são: a residência permanente; o reagrupamento familiar; a educação; a participação política; o acesso à nacionalidade; a anti-discriminação. Portugal foi colocado na segunda posição do ranking, logo a seguir à Suécia.

⁶ Produzido pelo British Council e pelo Migration Policy Group. Disponível em <http://www.mipex.eu/download>

Capítulo IV – Estudo empírico

4.1 Apresentação da empresa

A empresa de transportes situa-se no distrito de Lisboa e encontra-se inserida no ramo dos transportes rodoviários de mercadorias internacionais empregando cerca de 50 trabalhadores, sendo a maioria proveniente do Leste da Europa. É uma empresa que transporta todo o tipo de mercadorias de carga exceto mercadorias perigosas e explosivas. Encontra-se no setor de transporte rodoviário cerca de 35 anos e é reconhecida pela qualidade de serviços que tem prestado ao longo dos anos.

4.2 Questionário

O questionário aplicado foi elaborado em blocos temáticos obedecendo a uma ordem na elaboração de perguntas. Os inquiridos foram previamente informados da sua participação. Deste modo, o questionário é constituído por quatro partes temáticas:

- Caracterização sociográfica;
- Motivos de Imigração;
- Mercado de trabalho e relação entre colaboradores nacionais e colaboradores estrangeiros;
- Incorporação dos imigrantes do Leste Europeu na sociedade portuguesa.

Assim, o método de recolha de dados foi operacionalizado através da elaboração de um questionário semiestruturado, composto essencialmente por perguntas fechadas, recorrendo a categorias gerais resultantes da pesquisa bibliográfica. Importa realçar que tivemos a oportunidade de questionar indivíduos de variadas faixas etárias.

Ao mesmo tempo, permitiu que os participantes respondessem no momento que lhes pareceu mais apropriado. Os questionários foram preenchidos em casa na medida em que quando não se entendeu uma determinada pergunta, procurou-se ajuda da explicação da investigadora pelo facto de se procurar obter o máximo de informação possível sobre as respetivas perceções.

Torna-se indispensável a existência de alguns cuidados durante a aplicação do questionário. Esses cuidados prendem-se com a postura do investigador face aos entrevistados. Adotando uma atitude de respeito e confidencialidade. O entrevistador não deve exprimir as suas opiniões, deve conduzir e mediar o discurso do entrevistado no sentido de obter informações relevantes.

Ao longo da aplicação do questionário incentivou-se a motivação dos participantes, estabelecendo-se uma relação de empatia e escuta ativa, prestando o máximo de atenção ao que o entrevistado afirmava. Existiu a preocupação por parte do entrevistador, em respeitar o tempo que cada participante necessitou para responder, assim como os silêncios e os pedidos de esclarecimento.

Procurou-se a flexibilidade na ordem das respostas no sentido de garantir uma maior liberdade de expressão dos participantes e, assim, obter uma maior riqueza de dados.

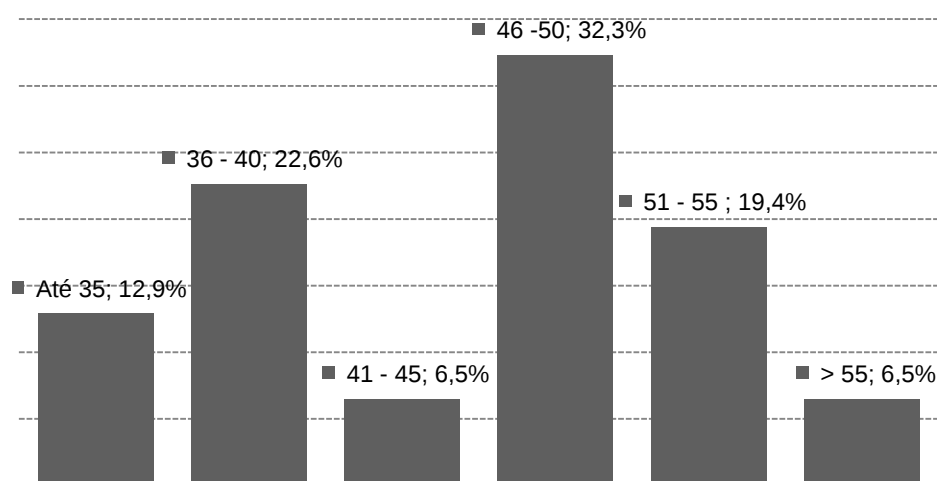
Foram recolhidos os dados pessoais e profissionais de todos os inquiridos para posterior codificação garantindo, assim, a confidencialidade dos mesmos e o anonimato. Os aspetos de caracterização recolhidos são exclusivamente de interesse socioprofissional sobre os participantes no estudo, nomeadamente, as habilitações académicas e profissionais, bem como, o tempo de permanência na empresa em Portugal.

4.3 Apresentação de resultados

4.3.1 Caracterização da amostra

Neste estudo recorreu-se a uma amostra não probabilística intencional de 31 motoristas estrangeiros, todos do género masculino. Relativamente à idade, a média de idades foi de 45,6 anos ($dp = 7,3$ anos), variando entre um mínimo de 34 anos e um máximo de 57 anos. A maioria encontrava-se no escalão etário 46-50 anos (32,3%). Os mais novos representavam 12,9% e os mais velhos 6,5%.

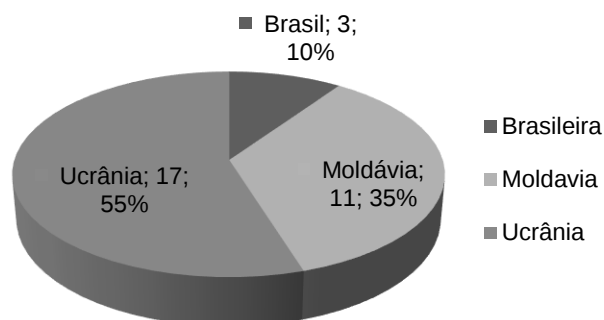
Figura 4.3.1.1



Escalões etários.

Relativamente à nacionalidade, os ucranianos constituíam 55% representando mais de metade da amostra, seguindo-se depois os moldavos com 35% e os brasileiros com 3 %.

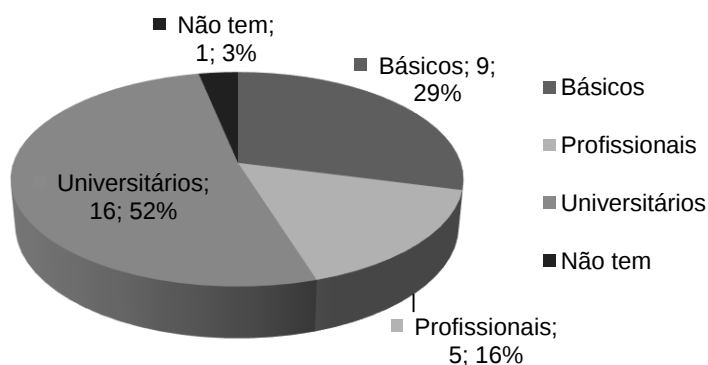
Figura 4.3.1.2



Nacionalidade.

No que diz respeito à escolaridade, mais de metade (52%) referiram ter estudos universitários. Sendo que com estudos profissionais representavam 16% e com estudos básicos 29%. Uma pequena minoria de 3% indicou não ter grau académico.

Figura 4.3.1.3



Escolaridade.

Dos motoristas inquiridos, constatou-se que estes se encontram a residir em Portugal, em termos médios, há 7/8 anos ($dp=2,8$ anos). Dentro deste universo, o inquirido com maior tempo de permanência em território nacional está em Portugal há 14 anos. A maioria dos inquiridos refere estar em território português entre 6 a 10 anos (64,5%). Todos indicam que quando entraram em Portugal tinham vistos de curta duração, tendo a maioria entrado por Badajoz e uma reduzida minoria por Vilar Formoso.

Figura 4.3.1.4

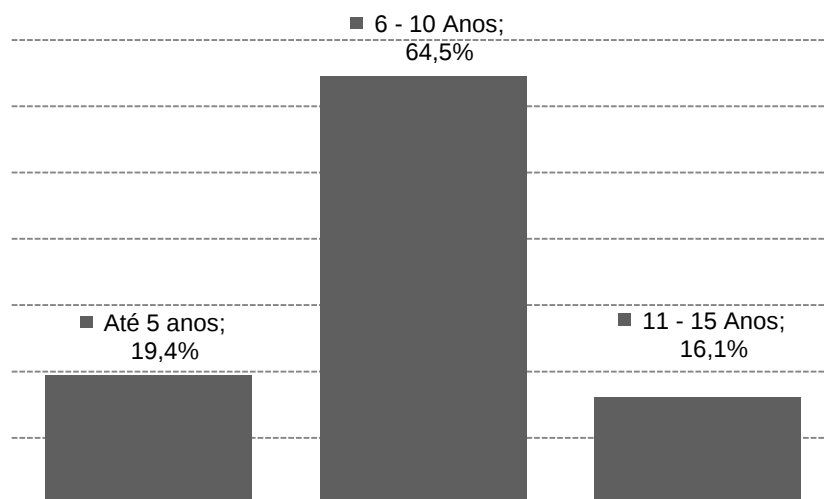


Gráfico do tempo em Portugal.

4.3.2 Vínculo contratual

Através da análise dos resultados, constatou-se que uma percentagem bastante elevada de 90,3% ($n = 28$) tinha contrato de trabalho efetivo e 9,7% ($n = 3$) contrato de trabalho a prazo.

Quadro 4.3.2.1

	Frequência	Percentagem
A prazo	3	9,7
Efetivo	28	90,3
Total	31	100,0

Tipos de contrato.

Cerca de metade dos inquiridos referem que tiveram que esperar 3 anos para obter o contrato de trabalho atual e 38,7% tiveram que esperar 2 anos.

Quadro 4.3.2.2

	Frequência	Percentagem
1 ano	1	3,2
2 anos	12	38,7
3 anos	14	45,2
4 anos	1	3,2
6 anos	3	9,7
Total	31	100,0

Tempo de demora do contrato.

Relativamente ao percurso que percorriam enquanto motoristas, 45,2% efetuavam o percurso Portugal/Alemanha, 32,3% o percurso Portugal/Inglaterra e 12,9% o percurso Portugal/Holanda. Apenas 3 motoristas (9,7%) se encontravam no percurso Portugal/Bélgica.

Quadro 4.3.2.3

	Frequência	Percentagem
Portugal / Alemanha	14	45,2
Portugal / Bélgica	3	9,7
Portugal / Holanda	4	12,9
Portugal / Inglaterra	10	32,3
Total	31	100,0

Percurso.

Quando inquiridos sobre os motivos que os levaram a viver e imigrar para Portugal 41,9% indicaram a existência de família já estabelecida em Portugal; 41,9% que tinham oferta de emprego e 16,1% indicaram dificuldades nos contextos de origem.

Quadro 4.3.2.4

		Frequência	Percentagem
<i>Motivos.</i>	Tinha oferta de emprego	13	41,9
	Tinha família	13	41,9
	Enfrentava dificuldades	5	16,1
	Total	31	100,0

Motivos.

Quando questionados, 61,8% indicaram que antes de decidirem viver para Portugal, tinham alguém conhecido que os podia auxiliar na procura de emprego e casa, nomeadamente, pessoas do núcleo familiar e 32,4% amigos. Apenas 3 (8,8%) dos sujeitos indicaram que não conheciam ninguém quando vieram para Portugal.

Quadro 4.3.2.5

	Frequência	Percentagem
Família	21	61,8
Amigos	11	32,4
Não conhecia ninguém	3	8,8
Total	34	100,0

Antes de vir...

Cerca de três quartos (75%) foram viver com a família quando chegaram a Portugal e 14,3% com amigos.

Quadro 4.3.2.6

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Família	21	67,7	75,0
Não Familiares	3	9,7	10,7
Amigos do seu país de origem	4	12,9	14,3
Total	28	90,3	100,0
Omissos	3	9,7	
Total	34	100,0	100,0

Foi viver...

Quando questionados sobre os lugares onde se encontram com as pessoas do seu país de origem, os sujeitos referem maioritariamente o local de trabalho (52,5%), seguindo-se depois outros lugares não especificados (15,2%), nomeadamente, cafés/restaurantes (13,5%) ou na própria casa (11,8%).

Quadro 4.3.2.7

	Frequência	Percentagem
Trabalho	31	52,5
Escola dos seus filhos	4	6,8
Casa	7	11,8
Cafés/Restaurantes	8	13,5
Outros lugares	9	15,2

Onde se encontra...

Constatou-se que apenas 2 sujeitos (6,5%) indicaram fazer parte de associações de apoio a populações imigrantes.

Quadro 4.3.2.8

	Frequência	Percentagem
Faço	2	6,5
Gostava de fazer	29	93,5
Total	31	100,0

Faz parte de alguma associação de apoio de populações imigrantes?

Relativamente ao contacto com a família fora de Portugal verificou-se que para 67,7% dos inquiridos ocorre semanalmente e para cerca de 30% é realizado de dois em dois dias.

Quadro 4.3.2.9

	Frequência	Percentagem
De 2 em 2 dias	9	29,0
Uma vez por semana	21	67,7
Não contacto com ninguém	1	3,2
Total	31	100,0

Com que frequência comunica com os seus familiares, amigos que vivem no seu país de origem?

Cerca de 71% referem que conseguiram o trabalho atual por procura direta e 29% através de familiares e amigos. É unânime a opinião de que o trabalho em Portugal não é bem remunerado, quando comparado com outros países. Os participantes referem, também, que o trabalho que realizam, quando comparado com os colegas portugueses, não é pior remunerado, não há atrasos no pagamento e também não consideram ser mais arriscado.

Quadro 4.3.2.10

	Frequência	Percentagem
Procura direta	22	71,0
Através da Família/Amigos	9	29,0
Total	31	100,0

Como conseguiu o trabalho?

Relativamente à adaptação a Portugal, 32,3% consideram que foi boa, 38,7% afirmam que foi mais ou menos para e 29% referem que tiveram algumas dificuldades de adaptação.

Quadro 4.3.2.11

	Frequência	Percentagem
Bom	10	32,3
Mais ou menos	12	38,7
Com dificuldades	9	29,0
Total	31	100,0

Como se adaptou a viver em Portugal?

No que diz respeito às principais dificuldades de adaptação à sociedade portuguesa, os inquiridos mencionam a aprendizagem da língua (64,5%), a obtenção de emprego (16,1%) e os costumes diferentes dos seus (12,9%). Cerca de 6,5% disseram que tiveram dificuldades de adaptação ao local de trabalho e aos colegas.

Quadro 4.3.2.12

	Frequência	Percentagem
Aprender falar Português	20	64,5
Conseguir emprego	5	16,1
Adaptação no local de trabalho com os colegas	2	6,5
Costumes diferentes	4	12,9
Encontrar habitação	--	--
Discriminação	--	--
Sem dificuldades	--	--
Total	31	100,0

Quais são as principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?

Quando inquiridos sobre o que consideram mais importante, tendo em conta a sua adaptação a Portugal, todos referiram o ter trabalho (100%), saber a língua portuguesa (83,9%) e ter a família presente (35,4%). Para 22,6% também é importante ter amigos portugueses e 9,7% consideraram ser importante saber como funciona o país.

Quadro 4.3.2.13

	Frequência	Percentagem
Saber a língua Portuguesa	26	83,9
Ter amigos portugueses	7	22,6
Saber como funciona o país	3	9,7
Ter trabalho	31	100,0
Ter a família presente	11	35,4
Estar legal no país	--	--

Considera prioritário.

A maioria (67,7%) considera que a comunidade de acolhimento fala e conversa bem.

Quadro 4.3.2.14

	Frequência	Percentagem
Falam e conversam bem	21	67,7
Falam e conversam mais ou menos	9	29,0
Não falam e não conversam quase nada	1	3,2
Total	31	100,0

Qual é a sua opinião sobre a integração entre a comunidade de acolhimento e a sua comunidade imigrante?

A opinião maioritária entre os inquiridos é que Portugal é um país que integra e recebe bem os imigrantes. Apenas dois sujeitos (6,5%) têm uma opinião negativa.

Quadro 4.3.2.15

	Frequência	Percentagem
Sim	28	90,3
Não	2	6,5
Mais ou menos	1	3,2
Total	31	100,0

Portugal é um país que integra/recebe bem os imigrantes?

Para a maioria, os planos imediatos passam por tentar obter a nacionalidade Portuguesa e fixar-se em Portugal (71%).

Quadro 4.3.2.16

	Frequência	Percentagem
Tentar ganhar dinheiro e regressar ao seu país de origem	2	6,5
Tentar obter a nacionalidade portuguesa e fixar-se em Portugal	22	71,0
Ainda não está definido	7	22,6
Total	31	100,0

Planos.

No que se refere a planos longínquos, 45,2% dos inquiridos pensa voltar para o seu país de origem, 38,7% pensa ficar a viver em Portugal e 12,9% quer emigrar para outro país.

Quadro 4.3.2.17

	Frequência	Percentagem
Ficar a viver em Portugal	12	38,7
Voltar para o seu país de origem	14	45,2
Imigrar para outro país	4	12,9
Outra situação	1	3,2
Total	31	100,0

Futuro.

Por último, 83,9% indicam que os motivos principais para deixar o seu país foi a procura de melhores rendimentos.

Quadro 4.3.2.18

	Frequência	Percentagem
Procura de melhores rendimentos	26	83,9
Local já conhecido por familiares	2	6,5
Cultura idêntica ao país de origem	3	9,7
Total	31	100,0

Motivos para deixar o país...

4.3.3 Nacionalidade e adaptação a Portugal

Observa-se uma proporção mais elevada de ucranianos a dizer que se adaptaram bem a Portugal (41,2% vs 18,2%) e de moldavos a dizer que se adaptaram com dificuldades (45,5% vs 23,5%), embora a diferença não seja estatisticamente significativa, $\chi^2 (2) = 2,100$, $p = ,397$.

Quadro 4.3.3.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	2,100	2	,397
Likelihood Ratio	2,160	2	,340
Fisher's Exact Test	2,057		,397
Linear-by-Linear Association	2,021	1	,155
N of Cases	28		

Testes do Qui-quadrado.

Quadro 4.3.3.2

Adaptação		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
Bem	Frequência	2	7	9
	% adaptação	22,2%	77,8%	100,0%
	% nacionalidade	18,2%	41,2%	32,1%
	% do total	7,1%	25,0%	32,1%
Mais ou menos	Frequência	4	6	10
	% adaptação	40,0%	60,0%	100,0%
	% nacionalidade	36,4%	35,3%	35,7%
	% do total	14,3%	21,4%	35,7%
Com dificuldades	Frequência	5	4	9
	% adaptação	55,6%	44,4%	100,0%
	% nacionalidade	45,5%	23,5%	32,1%
	% do total	17,9%	14,3%	32,1%
Total	Frequência	11	17	28
	% adaptação	39,3%	60,7%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	39,3%	60,7%	100,0%

Nacionalidade e adaptação.

No que diz respeito à adaptação, os ucranianos registam os melhores valores, com 41,2%, enquanto os moldavos representam 18,2%. Na percentagem dos que estão mais ou menos adaptados, os moldavos representam a maior percentagem com 36,4% contra 35,3%, mostrando que a diferença é praticamente inexistente. Por fim, a adaptação com dificuldades apresenta uma clara percentagem com mais significância para os moldavos com 45,5%, sendo que os ucranianos apresentam uma dificuldade de adaptação de 23,5%.

Figura 4.3.3.1

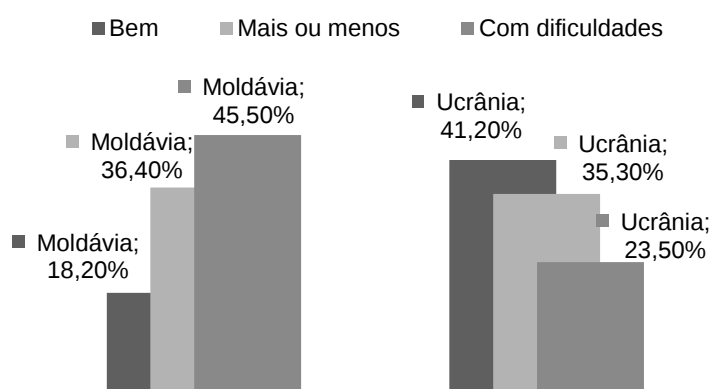


Gráfico da Nacionalidade e adaptação.

4.3.4 Nacionalidade e motivos de imigração

Observa-se uma proporção mais elevada do que o esperado de ucranianos a relatarem que emigraram porque tinham família em Portugal (64,7% vs 18,2%), sendo a diferença estatisticamente significativa, $\chi^2 (2) = 5,882$, $p = ,050$.

Quadro 4.3.4.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	5,882	2	,050 *
Likelihood Ratio	6,238	2	,044
Fisher's Exact Test	5,880		,038
Linear-by-Linear Association	,716	1	,397
N of Cases	28		

Testes do Qui-quadrado * $p \leq ,05$

Quadro 4.3.4.2

Motivos		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
Tinha oferta de emprego	Frequência	7	5	12
	% motivos	58,3%	41,7%	100,0%
	% nacionalidade	63,6%	29,4%	42,9%
	% do total	25,0%	17,9%	42,9%
Tinha família	Frequência	2	11	13
	% motivos	15,4%	84,6%	100,0%
	% nacionalidade	18,2%	64,7%	46,4%
	% do total	7,1%	39,3%	46,4%
Enfrentava dificuldades	Frequência	2	1	3
	% motivos	66,7%	33,3%	100,0%
	% nacionalidade	18,2%	5,9%	10,7%
	% do total	7,1%	3,6%	10,7%
Total	Frequência	11	17	28
	% motivos	39,3%	60,7%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	39,3%	60,7%	100,0%

Nacionalidade e motivos de emigração

No que se concerne ao facto de já terem oferta de emprego em Portugal, os moldavos, apresentam valores bastante mais significativos com 63,6%, face aos ucranianos que apresentam apenas 29,4%. Por sua vez, no que diz respeito ao facto de terem família em Portugal, a taxa de significância inverte-se, sendo que os ucranianos apresentam a maior percentagem (64,7%), já os moldavos representam apenas 18,2%. Julgamos que o facto de os moldavos representarem uma população maior, poderá influenciar os resultados obtidos.

Figura 4.3.4.1

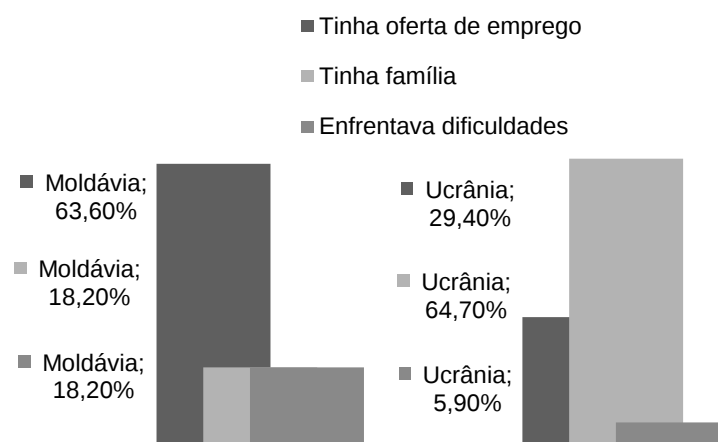


Gráfico da Nacionalidade e motivos de emigração.

Por fim, face às dificuldades os moldavos apresentam também uma maior percentagem com 18,2%, face aos ucranianos com 5,9%, revelando que os moldavos enfrentaram maiores dificuldades do que os ucranianos.

4.3.5 Nacionalidade e família em Portugal

Através da análise dos resultados, observa-se uma proporção mais elevada de ucranianos com família em Portugal (41,2% vs 18,2%) e de moldavos a relatarem que se adaptaram com dificuldades (70,6% vs 54,5%), embora a diferença não seja estatisticamente significativa, teste de Fisher, $p = ,444$.

Quadro 4.3.5.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	,749	1	,387
Likelihood Ratio	,213	1	,644
Fisher's Exact Test			,444
Linear-by-Linear Association	,722	1	,396
N of Cases	28		

Testes do Qui-quadrado.

Quadro 4.3.5.2

Família		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
Sim	Frequência	6	12	18
	% família	33,3%	66,7%	100,0%
	% nacionalidade	54,5%	70,6%	64,3%
	% do total	21,4%	42,9%	64,3%
Não	Frequência	5	5	10
	% família	50,0%	50,0%	100,0%
	% nacionalidade	45,5%	29,4%	35,7%
	% do total	17,9%	17,9%	35,7%
Total	Frequência	11	17	28
	% família	39,3%	60,7%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	39,3%	60,7%	100,0%

Nacionalidade e família em Portugal.

Figura 4.3.5.1

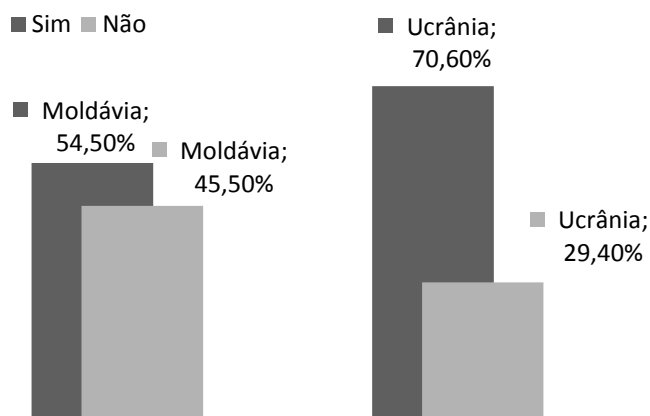


Gráfico da Nacionalidade e família em Portugal.

Constata-se que a percentagem de ucranianos com família em Portugal é superior, representando 66,7% vs. 33,3%. Já os moldavos com família em Portugal representam 54,5%, sendo que os que não possuem familiares são cerca de 45.5%.

4.3.6 Nacionalidade e comunicação com os familiares

Verificou-se uma proporção mais elevada de ucranianos a dizer que comunicam com a família com mais frequência (35,3% vs 27,3%), embora a diferença não seja estatisticamente significativa, $\chi^2(2) = 0,982$, $p = ,811$.

Quadro 4.3.6.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	,982	2	,811
Likelihood Ratio	1,333	2	,514
Fisher's Exact Test	,966		,811
Linear-by-Linear Association	,180	1	,671
N of Cases	28		

Testes do Qui-quadrado.

Quadro 4.3.6.2

Comunicação com a família		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
De 2 em 2 dias	Frequência	3	6	9
	% comunicação	33,3%	66,7%	100,0%
	% nacionalidade	27,3%	35,3%	32,1%
	% do total	10,7%	21,4%	32,1%
Uma vez por semana	Frequência	8	10	18
	% comunicação	44,4%	55,6%	100,0%
	% nacionalidade	72,7%	58,8%	64,3%
	% do total	28,6%	35,7%	64,3%
Não contacto com ninguém	Frequência	0	1	1
	% comunicação	0,0%	100,0%	100,0%
	% nacionalidade	0,0%	5,9%	3,6%
	% do total	0,0%	3,6%	3,6%
Total	Frequência	11	17	28
	% comunicação	39,3%	60,7%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	39,3%	60,7%	100,0%

Nacionalidade e comunicação.

Os moldavos são os que mais contatam com a sua família, estando a maior percentagem concentrada nas comunicações que acontecem uma vez por semana (72,7%). Por sua vez, os ucranianos apresentam uma percentagem menor com apenas (58,8%). Ao nível das situações de comunicação que ocorrem no período de dois em dois dias, são os ucranianos que apresentam uma percentagem mais elevada com 35,3% contra os 27,3% dos moldavos. Por fim, a inexistência de contato apenas se revela nos ucranianos (5,9%), sendo que nos moldavos essa situação não se aplica.

Figura 4.3.6.1

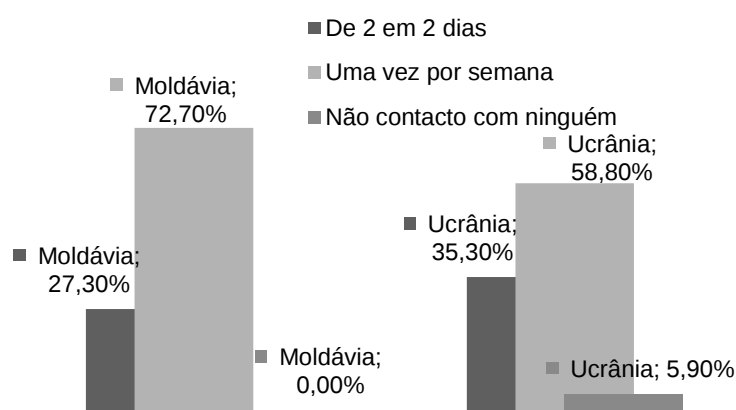


Gráfico da Nacionalidade e comunicação.

4.3.7 Nacionalidade e aprendizagem do português

Há uma proporção mais elevada de ucranianos a dizer que têm como prioridade a aprendizagem do português (94,1% vs. 90,9%), embora a diferença não seja estatisticamente significativa, teste de Fisher, $p = 1,000$.

Quadro 4.3.7.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	,104	1	,747
Likelihood Ratio	,101	1	,750
Fisher's Exact Test			,750
Linear-by-Linear Association	,100	1	1,000
N of Cases	28		

Testes do Qui-quadrado.

Quadro 4.3.7.2

Adaptação		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
Sim	Frequência	10	16	26
	% prioridade	38,5%	61,5%	100,0%
	% nacionalidade	90,9%	94,1%	92,9%
	% do total	35,7%	57,1%	92,9%
Não	Frequência	1	1	2
	% prioridade	50,0%	50,0%	100,0%
	% nacionalidade	9,1%	5,9%	7,1%
	% do total	3,6%	3,6%	7,1%
Total	Frequência	11	17	28
	% prioridade	39,3%	60,7%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	39,3%	60,7%	100,0%

Nacionalidade e aprendizagem do português.

Ao nível da aprendizagem da língua portuguesa, ambos os grupos revelam uma prevalência bastante alta, sendo que os valores são bastante idênticos, com uma percentagem um pouco mais alta para os ucranianos (94,1%), apresentando os moldavos cerca de 90,9%.

Figura 4.3.7.1

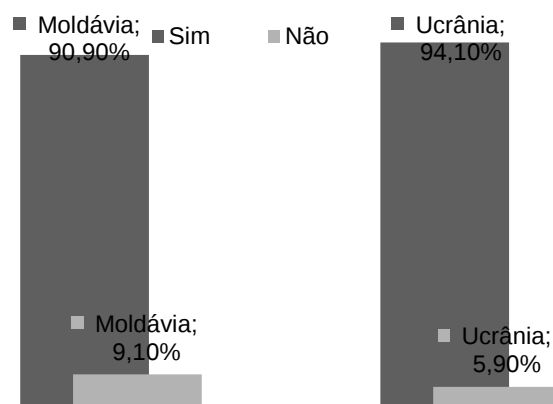


Gráfico da Nacionalidade e aprendizagem do português.

A não aprendizagem da língua tem uma percentagem bastante baixa, em que os moldavos apresentam um valor de 9,1% contra 5,9% dos ucranianos.

4.3.8 Nacionalidade e planos para o futuro

Verificou-se uma proporção mais elevada de ucranianos com intenção de ficar em Portugal (56,2% vs. 28,6%), embora a diferença não seja estatisticamente significativa, teste de Fisher, $p = 0,371$.

Quadro 4.3.8.1

	Valor	gf	Sig.
Pearson Chi-Square	1,495	1	,221
Likelihood Ratio	1,535	1	,215
Fisher's Exact Test			,371
Linear-by-Linear Association	1,430	1	,232
N of Cases	23		

Testes do Qui-quadrado.

Quadro 4.3.8.2

Planos futuros		Nacionalidade		Total
		Moldávia	Ucrânia	
Ficar	Frequência	2	9	11
	% planos	18,2%	81,8%	100,0%
	% nacionalidade	28,6%	56,2%	47,8%
	% do total	8,7%	39,1%	47,8%
Voltar	Frequência	5	7	12
	% planos	41,7%	58,3%	100,0%
	% nacionalidade	71,4%	43,8%	52,2%
	% do total	21,7%	30,4%	52,2%
Total	Frequência	7	16	23
	% planos	30,4%	69,6%	100,0%
	% nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	30,4%	69,6%	100,0%

Nacionalidade e planos futuros.

Os moldavos são os que apresentam uma percentagem maior no que se refere aos planos futuros, na medida em que pretendem voltar ao seu país de origem. Desta forma a diferença entre moldavos e ucranianos é grande, visto que 71,4% pretendem voltar à sua pátria, enquanto 43,8% dos ucranianos mostra vontade em voltar para o seu país.

Figura 4.3.8.1

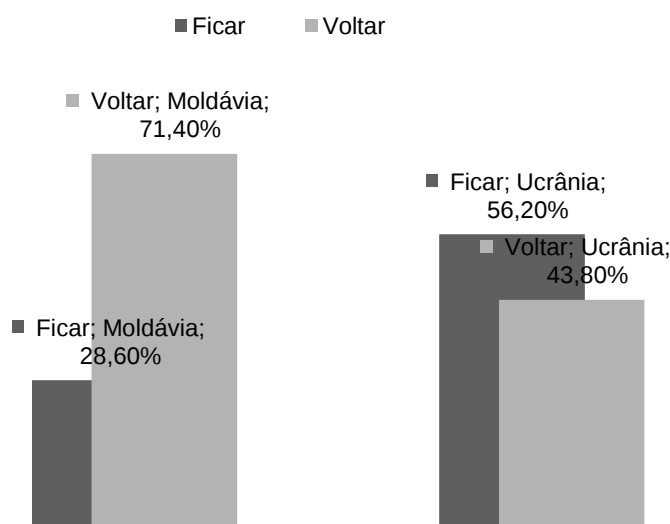


Gráfico da Nacionalidade e planos futuros.

Assim, como demonstração desta tendência, 56,2% dos ucranianos refere a vontade de permanecer em Portugal, sendo que no que diz respeito aos moldavos a percentagem situa-se nos 28,6%.

5. Análise estatística

A análise estatística foi efetuada com o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20.0 para Windows. A análise estatística envolveu medidas de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas, médias e desvios padrão) e estatística inferencial. Para testar as relações entre as variáveis usou-se o teste do Qui-quadrado e o teste de Fisher nas tabelas 2 x 2.

O pressuposto do Qui-quadrado de que não deve haver mais do que 20,0% das células com frequências esperadas inferiores a 5 foi analisado. Nas situações em que este pressuposto não estava satisfeito usou-se o teste do Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo. As diferenças foram analisadas com o apoio dos resíduos ajustados estandardizados. O nível de significância foi fixado em $(\alpha) \leq 0,05$.

6. Discussão de Resultados

Através da observação dos resultados obtidos verificou-se que a média de idades dos imigrantes se situa entre os 34 e os 57 anos. A amostra do presente estudo é constituída por imigrantes homens oriundos dos países de leste (Ucrânia e Moldávia). Esta tendência vai na mesma direção de estudos semelhantes na medida em que “a contribuição dos imigrantes de origem europeia (39,1% em 2009) representa um acréscimo de 6,3% face a 2008, graças ao aumento dos fluxos com origem no leste europeu, em particular da Ucrânia (11,6%); Roménia (7,2%), Moldávia (4,6%) e Rússia (1,4%)” (Tomás, 2011: 4). Baganha *et al* acrescenta que os imigrantes do Leste Europeu:

Vieram porque uma “indústria” migratória forte soube explorar a pressão migratória existente nos países do Leste Europeu canalizando-a com sucesso e lucro para Portugal, onde por essa altura [ano de 2001] havia uma acentuada escassez de mão-de-obra em alguns sectores da economia e onde era eventualmente possível obter um estatuto de residência legal (2004: 112).

A média de idades do nosso universo de análise é corroborada pela literatura internacional, sendo que “a maioria da população imigrante residente em Portugal concentra-se nas faixas populacionais ligadas à vida ativa (20-39 anos, 40-64 anos). O grupo etário 20-39 anos é maioritário, 218 060 indivíduos (48% da população imigrante), seguindo-se o grupo 40-64 (31,48%)”, conforme refere Tomás (2011: 5). A maior partes destes imigrantes é constituída por homens em idade ativa com perfis educativos médios ou superiores que se viram, especialmente, remetidos para ocupações manuais no sector da construção civil e das obras públicas, e, no caso concreto do nosso trabalho, no sector dos transportes de mercadorias.

Apesar de a amostra ser na sua totalidade do sexo masculino, que pode explicar-se pelo tipo de trabalho que exercem, importa realçar a tendência que se tem verificado na entrada de imigrantes do sexo feminino. Esta situação pode ser o resultado de fatores como o “reagrupamento familiar, mas também pela chegada de mulheres para o mercado de trabalho” (Tomás, 2011: 5).

A maioria da amostra possui grau académico superior, neste caso em particular 52,0%, a realidade é que, tal como demonstra a literatura, a maioria da população imigrante não desempenha funções na sua área. A procura de melhores condições de vida num país que não o seu, faz com que a população se distribuísse pelas mais variadas áreas com o intuito de obter condições económicas um pouco melhores do que as que conheciam nos seus países de origem. Esta procura generalizada faz com que a população imigrante se encontre em diversos setores, nomeadamente, na construção civil, na restauração, no comércio e no alojamento, no serviço doméstico e nas limpezas, mostrando que o emprego imigrante se encontra mais presente ao nível do setor secundário e terciário (Tomás, 2011). Essa realidade vai ao encontro dos estudos de Castro e Marques. Os autores verificaram que

As inserções profissionais dos imigrantes no país de acolhimento são por excelência, o campo onde a questão da sua integração se joga de forma mais imediata. Desde logo, porque estamos a falar de migrações laborais, isto é, de pessoas que independentemente da complexidade dos motivos, saíram do seu país com o objetivo de encontrar trabalho mais bem remunerado (2008: 70).

Os autores afirmam ainda que a integração no universo laboral é uma etapa fundamental, uma vez que corresponde ao primeiro contato que o imigrante tem com a sociedade que o acolhe.

Importa realçar que as principais motivações que fazem com que um indivíduo se desloque do seu país de origem prendem-se, sobretudo, com a procura de melhores condições de vida, tanto para si, como para a sua família. Contudo, esta é uma realidade complexa, uma vez que se deparam com diferentes fatores sociais, culturais e religiosos, ou seja, aquilo que o sujeito conhece e é a sua realidade é confrontado com o “novo”, o desconhecido. Neste sentido, a adaptação ao novo contexto nem sempre decorre da melhor forma, a começar pela língua que, em muitos casos, acaba por constituir uma barreira entre o imigrante e o país de acolhimento.

Constatou-se que a aprendizagem da língua constituiu a maior dificuldade, assim a aprendizagem da língua do país recetor deve ser um direito fundamental do imigrante, visto ser um factor altamente inclusivo e de integração na sociedade de acolhimento. Esta realidade é reconhecida num âmbito global, na medida em que

(...) há um consenso generalizado sobre a necessidade do domínio da língua do país de acolhimento para a criação de condições de inclusão dos estrangeiros na sociedade. As competências linguísticas são essenciais no plano profissional, no plano escolar, na possibilidade de criação de redes de conhecimento, mas também como instrumento cultural e social (Gouveia *et al*, 2004: 15).

O imigrante deve ter direito à obtenção de mecanismos para a aprendizagem da língua, quer escrita e falada, assim é imprescindível o reconhecimento do domínio falado e escrito da língua do país de acolhimento como alavanca fundamental à sua plena integração. Integração essa que se inicia, desde logo, com o processo de aproximação aos autóctones, passando pelo contacto quotidiano com as várias instituições públicas e privadas presentes no país, até à necessidade de comunicação no mundo do trabalho e noutras esferas de participação na vida ativa (Farmhouse, 2009).

A nível de aceitação por parte do país de acolhimento, a generalidade dos participantes refere ter sido bem aceite. Não foram referidos episódios de algum tipo de discriminação. No entanto, a literatura demonstra que apesar de não existir uma hostilidade aberta, existe em alguns contextos um sentimento de ameaça, sentido pela população nativa, sendo que é na conjuntura laboral “sobretudo em contextos mais alargados, como as unidades industriais e na construção civil, que essas expressões de hostilidade se fazem sentir [em que] a imagem de boa interação entre os imigrantes de Leste e os portugueses sofre aqui um dos seus maiores contraditórios” (Castro e Marques, 2008: 73).

Os autores Castro e Marques referem ainda que, em meios sociais mais fechados, pode existir uma tendência para a não aceitação de pessoas desconhecidas provenientes de outros países. A inexistência de história migratória e um menor dinamismo económico parecem estar relacionados com os acolhimentos mais hostis.

Tendo em conta os resultados verificou-se ainda que os fatores que os imigrantes consideram mais importantes para que a sua adaptabilidade ao país aconteça de uma forma positiva são: encontrar trabalho e aprender a língua. Em segundo plano, mas não menos importante, o reagrupamento familiar é também um fator relevante, na medida em que muitos dos inquiridos demonstraram vontade de se fixarem em Portugal a longo prazo. Ainda neste âmbito, os inquiridos ressaltam que é igualmente importante estabelecer laços de amizade com os portugueses, bem como conhecer o funcionamento do país para que se consigam integrar.

Como principais limitações à presente investigação, salienta-se o facto de a amostra ser reduzida ($n=31$). Ainda relativamente à amostra apontámos como limitação esta ser constituída exclusivamente por participantes do sexo masculino, o que reflete o setor de atividade escolhido para a concretização do estudo.

Conclusão

Falar de imigração implica atravessar diversas e diferentes áreas do conhecimento como a psicologia, as ciências da educação, a sociologia, as ciências políticas, etc. Atualmente, a atenção a esta problemática tem sido mais acentuada pois, a economia mundial enfrenta grandes desafios e, com isso, as pessoas, a nível global, têm enfrentado algumas dificuldades laborais e financeiras.

A população imigrante representa um importante segmento atingido pela economia e pelo emprego informal. Através da análise do panorama nacional, relativamente ao mercado de trabalho, verifica-se inúmeras situações de desemprego e observa-se uma procura de pessoas com baixas qualificações e que se sujeitem a baixos salários. No entanto, é importante referir que qualquer estrangeiro que chegue a Portugal, e que queira trabalhar, necessita de ter um visto de trabalho ou uma autorização de residência, sendo que Portugal é considerado um país que está capacitado com estratégias favoráveis à integração destes.

Conforme descrito, o apoio à integração dos imigrantes do país é um dos suportes essenciais para a permanência no país. Esse apoio é constituído por inúmeras iniciativas, como um Local de Apoio à Integração do Imigrante, um importante serviço de Estado, dependente do Alto Comissariado, que tem como missão apoiar o processo de acolhimento e integração dos imigrantes a nível local ao promover a entreajuda e a cooperação entre os seus membros, com o objetivo de auxiliar a sua integração social, cultural e profissional. Outro fator importante é a aprendizagem da língua que é permitida por via de diferentes estratégias políticas tais como o Programa Português para Todos⁷.

É perceptível um aumento da migração a nível europeu e como descrito ao longo do presente trabalho, do povo do Leste Europeu, na tentativa de obter uma situação profissional e pessoal mais favorável, onde consiga manter um emprego e desfrutar de alguma qualidade de vida. Sabemos que as situações variam de país para país, pois as políticas, apoios sociais e culturais são diversos de acordo com as orientações nacionais. Neste sentido, seria difícil analisar todas as situações no seu conjunto, por isso objetivamos estudar um caso específico. Num curto espaço de tempo, entre 2001 e 2002, os imigrantes da Ucrânia, da Moldávia, da Roménia e da Rússia tornaram-se no principal grupo de imigrantes em Portugal. Não tendo qualquer ligação linguística ou cultural com o país, viram nele a possibilidade de entrarem no espaço da União Europeia e melhorarem a sua subsistência económica.

Portugal, por sua vez, tem apoiado o acesso dos imigrantes através de políticas de imigração, e de direitos legais e laborais no qual ressaltamos a igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos, procurando combater a qualquer forma de discriminação. Quanto à questão da discriminação, sabemos que, inicialmente, todos os imigrantes de leste eram rotulados de ucranianos, embora estes fossem apenas uma das comunidades que haviam chegado do Leste da Europa. Em termos de estereótipos e diferenciação étnica, ainda se tende a opor os imigrantes "ucranianos" aos "romenos". Os primeiros

⁷ Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/es-imigrante/servicos/portugues-para-todos>. Exemplo de um anúncio do programa PPT: <http://acidi.gov.pt.s3.amazonaws.com/docs/PPT/ANUNCIO-Portugues.pdf>

representam a elite dos imigrantes do leste, e os segundos são conotados negativamente, devido à sua identificação com os "ciganos romenos". Esta distinção faz com que haja dois grandes grupos étnicos: os grupos dos eslavos (ucranianos, russos, búlgaros) e o grupo dos latinos (romenos e moldavos).

Perante esta contextualização do panorama migratório, consideramos agora pertinente resgatar os objetivos propostos no início desta investigação e expô-los, novamente, com os dados obtidos em cada uma das suas dimensões.

Através da observação dos resultados obtidos identificou-se que a opinião da maioria dos imigrantes é a de que Portugal integra e recebe bem os imigrantes. No que diz respeito à empresa em análise, a integração dos imigrantes foi um processo relativamente fácil. No caso deste sector de atividade, para os colaboradores imigrantes poderem viajar para fora de Portugal necessitam de documentos específicos. O principal requisito na contratação dos imigrantes é o título de residência, ou seja, o imigrante tem que estar legalizado, senão a sua contratação não é possível.

Pelo fato de serem imigrantes relatam que, comparativamente a outros países, Portugal tem uma má remuneração. Contudo, o ordenado dos imigrantes não é mais baixo do que o de outros trabalhadores do país. Estes imigrantes não se sentem prejudicados financeiramente uma vez que consideram que o seu salário é equilibrado com o dos próprios portugueses.

Os trabalhadores, através das suas diferentes conceções, referem a adaptação no país como mediana. A maior dificuldade apresentada é a adaptação à língua, seguidamente referem a procura de emprego e a adaptação a uma cultura e costumes diferentes dos seus enquanto obstáculos à sua adaptação. Uma pequena minoria referiu ter tido dificuldades na adaptação à empresa e aos colegas de trabalho. Contudo, a maioria dos inquiridos mostrou-se satisfeita com o acolhimento por parte do povo português, dizendo que esse acolhimento foi importante e que o facto de terem familiares e amigos no país foi, igualmente, um ponto relevante para a sua adaptação. É inclusive perceptível a diferença apresentada entre os níveis de satisfação na adaptação a Portugal entre moldavos e ucranianos, factor esse que pode ser relacionado com o maior índice de familiares no país descritos pelos ucranianos. Além dessas facilidades atitudinais, os imigrantes referem que virem informados de como o país funciona e das suas situações legais e políticas são fatores prioritários.

Todos indicam que quando entraram em Portugal tinham vistos de curta duração, a maior parte dos trabalhadores possuem contrato efetivo, sendo que grande parte desse grupo precisou esperar três anos até conseguir o contrato atual. Conforme a literatura, os dados apontam que os imigrantes do Leste procuram Portugal por terem vínculos familiares, ofertas de emprego e por enfrentarem situações difíceis no seu país de origem. Contudo, é interessante notar que apenas 2% da amostra participam da associação de apoio à população imigrante e com este dado questionamo-nos, será por falta de informação procedente do próprio país ou será por falta de necessidade sentida entre os imigrantes que estão em Portugal, já que afirmam, na maioria, que Portugal integra bem os imigrantes?

Relativamente a planos futuros, 45% dos imigrantes inquiridos pensa em voltar para o seu país de origem, motivados pela procura de maiores rendimentos, e 38% prefere ficar em Portugal e conseguir a cidadania. Geralmente, os projetos migratórios são temporários no início do processo

migratório, tendendo para definitivos à medida que o tempo passa. É, pois, de supor que uma parte significativa dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal, que de início tinham como objetivo amealhar um determinado nível de poupanças e regressar aos seus países de origem, venham a permanecer em Portugal, mandem vir as suas famílias e, através deste processo, alterem de forma drástica e definitiva o quadro migratório nacional (Baganha *et al*, 2004: 112-113).

Durante a análise das políticas de imigração e da perspetiva dos imigrantes que compõem a amostra da presente investigação, verificamos que as decisões e práticas políticas têm sido implementadas, favorecendo um maior suporte ao povo imigrante e facilitando a entrada e permanência em Portugal. Hoje, percebe-se uma maior atenção às políticas que buscam ampliar a dimensão normativa, apoiando a naturalização e regularização dos imigrantes uma vez que se reconhece a necessidade de prestar maior atenção a esta problemática.

Consideramos que esta problemática é uma prioridade para a política nacional, sendo essa regida por uma política superior, da União Europeia, na qual ressaltamos mais uma vez os dados da ONU em 2009, evidenciando Portugal como um dos países com melhor resultado no apoio ao acesso dos imigrantes, na vertente dos direitos e serviços, da saúde, da oportunidade de aprender a língua e da oportunidade de, após 5 anos, converter a sua residência temporária em permanente.

Parece-nos que as políticas de imigração são certamente essenciais para que o povo imigrante possa sentir-se pertencente ao país onde está inserido. Também nos parece pertinente intervir ao nível da sociedade, no sentido de combater julgamentos e/ou preconceitos, considerando que as oportunidades, a segurança, a possibilidade de formação e o crescimento devem ser iguais para todos.

Apesar das medidas implementadas ao longo das últimas décadas, é perceptível a necessidade de um maior suporte aos imigrantes relativamente à participação na implementação das políticas. Na maior parte dos países europeus, o problema que se começou a colocar a partir dos anos 80 do século XX, foi que a maior parte dos imigrantes não regressou aos seus países de origem e decidiu fixar-se nos países de acolhimento (Fontes, s.a.). Acontece que estes imigrantes não renegaram ou esqueceram as suas origens nem a sua cultura, não se deixando assimilar. Na verdade, de nada serve conceder a cidadania a pessoas que depois não se identificam com o país que formalmente são cidadãos pois, esta situação conduz à própria desvalorização da cidadania e contribuiu para a desagregação social (Fontes, s.a.).

A solução para esta problemática está num compromisso dinâmico entre os imigrantes e os países de acolhimento. Os primeiros quando escolhem um país para viver, não podem ignorar a sua língua, cultura e leis, e neste sentido devem respeitá-lo e contribuir para o seu desenvolvimento. Os países que acolhem os imigrantes não podem, também, esquecer-se que estão a receber seres humanos que possuem uma identidade própria e que, portanto, devem ser respeitados como pessoas. É, então, na conjugação e equilíbrio destes dois elementos que a questão da cidadania dos imigrantes dever ser equacionada.

Bibliografia

- Abreu, Alexandre e João Peixoto (2009), "Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português", *Análise Social*, (vol. XLIV), (193), pp.719-746.
- Albuquerque, Rosana (2005), "Dinâmicas Associativas e Comunidades Imigrantes em SOS Racismo" (Ed.), *A Imigração em Portugal: os movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.366-381.
- Antunes, Maria José (2008), "A decisão de migrar. Portugal como destino da imigração da Europa de Leste na viragem do século", *Cidades, Comunidades e Territórios*, (15), Lisboa, CET-ISCTE, pp.87-100.
- Attström, A. (2008), "Discrimination against Native Swedes of Immigrant Origin in Access to Employment", *International Migration Papers*, (85E), International Labour Office, Geneva.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (2001), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, (150), Lisboa, Out-Dez.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (2004), "Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (69), pp.95-115.
- Disponível em: [http://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/246_BAGANHA, M.%3B MARQUES, J.%3B GOIS%20%282004%29, P..pdf](http://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/246_BAGANHA,_M.%3B_MARQUES,_J.%3B_GOIS%20%282004%29,_P..pdf)
- Baganha, Maria Ioannis (2005), "Política da Imigração: A regulação dos fluxos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (73), pp.29-44.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (orgs.) (2010), *Imigração Ucraniana em Portugal e no Sul da Europa. A Emergência de Uma ou Várias Comunidades?*, Lisboa, ACIDI, Observatório da Imigração.
- Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colecao_Comunidades/Estudo_Comun_3.pdf
- Carneiro, P. K.; K. Loken; K. Salvanes (2010), "A flying start? Long term consequences of maternal time investments in children during their first year of life", *IZA Discussion Paper*, (5362).
- Castells, Manuel (2005), *A Sociedade em Rede*, Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt, (vol.1), 8ª ed., São Paulo, Paz e Terra.

- Castro, Alexandra e Sofia D. Marques (2008), “A integração dos imigrantes de Leste em Portugal: contributos para a sua análise”. *Cidades - Comunidades e Territórios*, Lisboa, CET – Centro de Estudos Territoriais, (17), pp.63-80.
- Chiswick, Barry R. (1991), “Speaking, Reading, and Earnings among Low-skilled Immigrants”, *Journal of Labor Economics*, 9(2), pp.149-170.
- Chiswick, Barry R.; Miller, Paul W. (1996), “Ethnic Networks and Language Proficiency Among Immigrants”, *Journal of Population Economics*, 9, pp.19-35.
- Cohen, L. e Manion, L. (1994), *Research Methods in Education*, 4th ed., London, Routledge.
- Costa, Paulo Manuel, (2004), *Políticas da Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Creswell, J. W. (1994), *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- Dustmann, Christian (1994), “Speaking Fluency, Writing Fluency and Earnings of Migrants”, *Journal of Population Economics*, 7(2), pp.226-236.
- Espenshade, Thomas J.; Fu, Haishan (1997), “An Analysis of English Language Proficiency among U.S. Immigrants”, *American Sociological Review*, 62, pp.288-305.
- Farmohouse, Rosário (2009), *A língua como fator de integração dos imigrantes*, (Online).
Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf698c323e/a-lingua-como-factor-de-integracao-dos-imigrantes>
- Fink, A. (1995), *The Survey Handbook*, (vol. 1), Thousand Oaks, CA, Sage.
- Fontes, Carlos (s.a.), “Imigrantes, a questão política”, *Imigrantes*, (Online).
Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/index14.html>
- Fontes, Carlos (s.a.), “Imigrantes do Leste da Europa. Portugal como destino”, *Imigrantes*, (Online).
Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2Leste.html>
- Gouveia, Adelina e Luísa Solla (2004), *Português língua do país de acolhimento – Educação Intercultural*, ACIME.

Hill, Manuela Magalhães e Andrew Hill (2005), *Investigação por Questionário*, Edições Silabo, 2ª ed., Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011), *Retrato Territorial de Portugal*, Lisboa: INE, I.P..

Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=153414764&PUBLICACOESmodo=2

Jesus, Maria e Isabel Menezes (2010), “Contextos de Inclusão e Participação de Imigrantes Brasileiros: o Papel dos Movimentos Associativistas”, *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho*, Portugal.

Lages, Mário e Verónica Policarpo (2003), *Atitudes e Valores Perante a Imigração*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Ludke, Menga e André Marli (1986), *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, São Paulo, EPU.

Machado, Fernando Luís (1999), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, ISCTE, Lisboa.

Marôco, João (2007), *Análise estatística com utilização do SPSS*, Edições Sílabo, 3ª ed., Lisboa.

Merriam, S. (1988), *Case Study research in education: a qualitative approach*, San Francisco, Jossey-Bass.

Moreira, Humberto (2006), “Emigração Portuguesa - Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas”, *Revista de Estudos Demográficos*, (38), INE, pp.47-65.

ONU (2008), “Relatório de Desenvolvimento Humano”, *Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humano*, Coimbra, Edições Almedina, S.A.

Peixoto, João (2004), “País de Emigração ou de Imigração? Mudanças e Continuidade no regime migratório em Portugal”, *ISEG- SOCIUS Working Papers*, (2).

Phizacklea, A. (2005), “O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração”.In I. Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta, pp. 161-177.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração - Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Pires, Rui Pena (2000), docente de Sociologia das Migrações Internacionais no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), entrevista realizada por Ana Raquel Matias.

Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e056a60c0_1.pdf

Portes, Alejandro (2001), "Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea", *Rev. Sociologia - Problemas e Práticas*, (33), Celta e Cies Editora.

Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais - Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Ribeiro, Norberto, Carla Malafaia, Maria Fernandes-Jesus, Sofia Marques da Silva, Helena C. Araújo e Isabel Menezes (2012), "Análise das políticas de imigração: o papel das estruturas e oportunidades políticas na participação e integração dos imigrantes", in Norberto Ribeiro, Pedro D.

Ferreira, Isabel Menezes, Carla Malafaia, Maria Fernandes-Jesus, *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia*, Porto, Livpsic, pp.27-57.

Salt, J. (2001), *Current Trends in Migration in Europe*, Council of Europe, Strasbourg.

Sardinha, João (2007), "Providing Voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal", University of Oldenburg, *POLITICS Working Paper Series*, (7).

Disponível em: www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP7_POLITIS_Sardinha_2007.pdf

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Relatórios de Imigração.

Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>

Sonn, Christopher (2002), "Immigration Adaptation. Understanding the Process Through Sense of Community", em Fisher, Sonn e Bishop (Eds.), *Psychological Sense of Community. Research, Applications, and Implications*, New York, Kluwer Academic.

Tomás, Maria Isabel (2011), "Políticas de Integração de Imigrantes – Análise Estratégica de Atores – A Realidade do Município do Seixal", in Associação AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural (org.), Porto.

Yin, Robert K. (1989), *Case Study Research: Design and Methods*, Beverly Hills, CA, Sage.

Anexos

Anexo A – Inquérito por questionário

Questionário

O presente questionário tem como objetivo conhecer a sua opinião sobre o Impacto da Imigração em Portugal, nomeadamente, dos imigrantes de Leste. Este é parte integrante de uma investigação que está a ser realizada no âmbito de um trabalho de Mestrado. Assim, solicita-se a sua colaboração que se traduzirá no preenchimento do presente questionário. Todas as informações recolhidas serão apenas usadas na presente investigação e são estritamente confidenciais.

Agradece-se o seu contributo para esta investigação.

I - Caracterização sociográfica

1 - Género _____

2 - Idade: _____

3 - Naturalidade _____

4 - Nacionalidade _____

5 - Ano de escolaridade _____

6 - Habilitações Literárias _____

7 - Entrou no país c/:

- ☐ Visto de Curta Duração
- ☐ Visto de Estudo
- ☐ Visto Schengen
- ☐ Visto Turístico
- ☐ Visto de Estada Temporária
- ☐ Visto de Trabalho
- ☐ Visto de Residência
- ☐ Nenhum visto

8 - Data de Entrada em Portugal ____/____/____

9 - Ponto de Entrada (Zona País) _____

10 - Data de Chegada ao Concelho ____/____/____

11 - Se não entrou no país com contrato de trabalho, quanto tempo demorou para conseguir trabalho e em que condições de contratualização?

12 - Profissão exercida no país de origem _____

13 - Profissão que exerce atualmente _____

14 - Duração do contrato de trabalho / Data de término: _____

15 - Localidade onde trabalha _____

II – Motivos de imigração

16 - Porque motivos escolheu Portugal para viver e imigrar?

O que se pretende com esta questão é averiguar por que razão a escolha incidiu sobre Portugal

- ☐ Tinha oferta de emprego
- ☐ Tinha família
- ☐ Enfrentava dificuldades

17 - Antes de decidir viver para Portugal, tinha alguém conhecido que lhe podia ajudar a encontrar emprego, casa, etc.?

É importante determinar se a decisão de escolha do país teve associação com o facto de ter alguém conhecido no país

- ☐ Família
- ☐ Amigos
- ☐ Não conhecia ninguém
- ☐ Outros

18 - Quando chegou a Portugal com quem foi viver?

Com esta questão pretende-se saber para onde foi residir à chegada ao país.

- ☐ Família
- ☐ Não Familiares
- ☐ Sozinho
- ☐ Pessoas desconhecidas
- ☐ Amigos do seu país de origem
- ☐ Amigos de outros países
- ☐ Outros

19 - Quais são os lugares onde se encontra com as pessoas do seu país de origem?

A identificação da presença das tradições do país de origem

- ☐ Trabalho
- ☐ Escola dos seus filhos
- ☐ Comércio
- ☐ Associações
- ☐ Casa
- ☐ Cafés/Restaurantes
- ☐ Outros lugares

20 - Faz parte de alguma associação de apoio a populações imigrantes?

Identificar se existe ajuda de alguma associação

- ☐ Faço
- ☐ Gostava de fazer
- ☐ Fiz
- ☐ Não tenho conhecimento deste tipo de associações

21 - Com que frequência comunica com os seus familiares, amigos que vivem no seu país de origem?

A comunicação com as tradições do país de origem é importante para a adaptação

- ☐ De 2 em 2 dias
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Duas vezes por semana
- ☐ Uma vez por mês
- ☐ Uma ou mais vezes por mês
- ☐ Não contacto com ninguém

III - Mercado de trabalho e relação entre colaboradores nacionais e colaboradores estrangeiros

22 - Como conseguiu o trabalho?

Identificar a forma de obtenção de trabalho é importante para a contextualização dos imigrantes no nosso país

- ☐ Através da Família/Amigos
- ☐ Procura direta
- ☐ IEFP
- ☐ Via Internet
- ☐ Empresa
- ☐ Outros

23 - Acha que o trabalho em Portugal é bem remunerado em comparação com os outros países?

Identificar a forma como os imigrantes são remunerados ajuda a compreender a sua posição em Portugal

- ☐ Sim
- ☐ Não

24 - Pode-me dizer se o seu trabalho é comparado com os seus colegas portugueses?

A identificação da forma de atuação dos imigrantes é importante para a comparação dos imigrantes com os nacionais, a nível empresarial

24.1 - Há atrasos no pagamento do seu salário?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24.2 - O seu salário é menor?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24.3 - Tem trabalhos mais arriscados?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24 - Devido às dificuldades que o país atravessa, em que situação se encontra de momento?

Atualmente, com as dificuldades do país, torna-se importante identificar se este representa uma das melhores oportunidades para os imigrantes do Leste europeu

- ☐ Trabalha
- ☐ Trabalha e Estuda
- ☐ Procura trabalho
- ☐ Desempregado
- ☐ Outra

IV – Incorporação dos imigrantes do Leste Europeu à sociedade portuguesa

25 - Como se adaptou a viver em Portugal?

Identificar se as condições do país contribuíram para a adaptação dos imigrantes de Leste

- ☐ Bem
- ☐ Mais um Menos
- ☐ Com dificuldades

26 - Quais são as principais dificuldades na adaptação à sociedade portuguesa?

Identificar as principais dificuldades que os imigrantes apresentam na vida em Portugal

- ☐ Aprender a falar Português
- ☐ Conseguir emprego
- ☐ Adaptação no local de trabalho com os colegas
- ☐ Costumes diferentes
- ☐ Encontrar habitação
- ☐ Discriminação
- ☐ Sem dificuldades

27 - Tendo em conta a sua integração em Portugal, o que é que considera prioritário?

Identificar quais as dificuldades de adaptação sentidas

- ☐ Saber a língua Portuguesa
- ☐ Ter amigos portugueses
- ☐ Saber como funciona o país
- ☐ Ter trabalho
- ☐ Ter a família presente
- ☐ Estar legal no país

28 - Qual é a sua opinião sobre a integração entre a comunidade de acolhimento e a sua comunidade imigrante?

Comparação entre a comunidade de acolhimento e a comunidade de imigrantes

- ☐ Falam e conversam bem
- ☐ Falam e conversam mais ou menos
- ☐ Não falam e não conversam quase nada

29 - Na sua opinião acha que Portugal é um país que integra/recebe bem os imigrantes?

Identificar se Portugal é considerado um país de boa adaptação para os imigrantes

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Mais um menos

30 - Ao viver em Portugal como é que se considera?

Identificar se a tradição se mantém ou se esquece

- ☐ Unicamente do seu país de origem
- ☐ Mais daqui do que do seu país
- ☐ Dos dois
- ☐ Unicamente de Portugal

31 - Quais são os seus planos para o futuro?

Identificar se os imigrantes tencionam permanecer no país de acolhimento ou se, pelo contrário, voltam para o seu país de origem

- ☐ Tentar ganhar dinheiro e regressar ao seu país de origem
- ☐ Tentar obter a nacionalidade Portuguesa e fixar-se em Portugal
- ☐ Ainda não está definido

32 - Pensando no futuro, o que preferia?

- ☐ Ficar a viver em Portugal
- ☐ Voltar para o seu país de origem
- ☐ Imigrar para outro país
- ☐ Outra situação

33 - No seu caso, quais foram os percursos/procedimentos necessários para o processo de legalização?

34 - Sente necessidade de apoio jurídico?

Identificar se as condições são iguais para todos os cidadãos

- ☐ Sim ☐ Não

35 - Se sim, em que circunstâncias?

36 - O que o motivou a deixar o seu país de origem

Identificação do motivo da imigração

- ☐ Procura de melhores rendimentos
- ☐ Local já conhecido por familiares
- ☐ Proximidade geográfica
- ☐ Facilidade em aprender a língua
- ☐ Cultura idêntica ao país de origem
- ☐ Outras razões: _____

Anexo B – Objetivos

Crosstabs

CROSSTABS

/TABLES=Adaptou BY Nacionalidade

/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ

/CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL

/COUNT ROUND CELL

/METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).

Crosstabs

Adaptou * Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Adaptou	Bem	Count	2	7	9
		% within Adaptou	22,2%	77,8%	100,0%
		%within Nacionalidade	18,2%	41,2%	32,1%
		%of Total	7,1%	25,0%	32,1%
	Mais ou menos	Count	4	6	10
		% within Adaptou	40,0%	60,0%	100,0%
		%within Nacionalidade	36,4%	35,3%	35,7%
		%of Total	14,3%	21,4%	35,7%
	Com dificuldades	Count	5	4	9
		% within Adaptou	55,6%	44,4%	100,0%
		%within Nacionalidade	45,5%	23,5%	32,1%
		%of Total	17,9%	14,3%	32,1%
Total	Count	11	17	28	
	% within Adaptou	39,3%	60,7%	100,0%	
	%within Nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%	
	%of Total	39,3%	60,7%	100,0%	

Chi-Square
Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-	
				Sig.	99%.
					Lower Bound
Pearson Chi-Square	2,100a	2	,350	,397°	,384
Likelihood Ratio	2,160	2	,340	,397b	,384
Fisher's Exact Test	2,057			,397b	,384
Linear-by-Linear Association	2,021c	1	,155	,240b	,229
	28				

Chi-Square
Tests

	Monte Carlo .	Monte Carlo Sig. (1-sided)		
	99%.	Sig.	99% Confidence Interval	
	Upper Bound		Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	,409	'119b	'111	,128
Likelihood Ratio	,409			
Fisher's Exact Test	,409			
Linear-by-Linear Association	,251			

- a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,54. b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 2000000. c. The standardized statistic is -1,422.

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Motivos * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Motives* Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Motivos	Tinha oferta de emprego	Count	7	5	12
		% within Motivos	58,3%	41,7%	100,0%
		% within Nacionalidade	63,6%	29,4%	42,9%
		%of Total	25,0%	17,9%	42,9%
	Tinha família	Count	2	11	13
		%within Motivos	15,4%	84,6%	100,0%
		% within Nacionalidade	18,2%	64,7%	46,4%
		%of Total	7,1%	39,3%	46,4%
	Enfrentava dificuldades	Count	2	1	3
		%within Motivos	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Nacionalidade	18,2%	5,9%	10,7%
		%of Total	7,1%	3,6%	10,7%
Total	Count		11	17	28
	% within Motivos		39,3%	60,7%	100,0%
	% within Nacionalidade		100,0%	100,0%	100,0%
	%of Total		39,3%	60,7%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-	
				Sig.	99%.
					Lower Bound
Pearson Chi-Square	5,882a	2	,053	,050 ^a	,044
Likelihood Ratio	6,238	2	,044	,075b	,069
Fisher's Exact Test	5,880			,038b	,033
Linear-by-Linear Association	,716c	1	,397	,563b	,550
	28				

Chi-Square Tests

	Monte Carlo .	Monte Carlo Sig. (1-sided)		
	99%.	Sig.	99% Confidence Interval	
	Upper Bound		Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	,055	,291b	,279	,302
Likelihood Ratio	,082			
Fisher's Exact Test	,042			
Linear-by-Linear Association	,576			

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,18.

b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 624387341.

c. The standardized statistic is ,846.

CROSSTABS

/TABLES=Motivos BY Nacionalidade

/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ

/CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL ASRESID

/COUNT ROUND CELL

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Motivos * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Motivos * Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Motivos	Tinha oferta de emprego	Count	7	5	12
		% within Motivos	58,3%	41,7%	100,0%
		% within Nacionalidade	63,6%	29,4%	42,9%
		%of Total	25,0%	17,9%	42,9%
		Adjusted Residual	1,8	-1,8	
	Tinha família	Count	2	11	13
		% within Motivos	15,4%	84,6%	100,0%
		% within Nacionalidade	18,2%	64,7%	46,4%
		%of Total	7,1%	39,3%	46,4%
		Adjusted Residual	-2,4	2,4	
	Enfrentava dificuldades	Count	2	1	3
		%within Motivos	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Nacionalidade	18,2%	5,9%	10,7%
		%of Total	7,1%	3,6%	10,7%
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	
Total		Count	11	17	28
		%within Motivos	39,3%	60,7%	100,0%
		% within Nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
		%of Total	39,3%	60,7%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-	
				Sig.	99%.
					Lower Bound
Pearson Chi-Square	5,882a	2	,053	,048 ^a	,042
Likelihood Ratio	6,238	2	,044	,074b	,067
Fisher's Exact Test	5,880			,038b	,033
Linear-by-Linear Association	,716c	1	,397	,559b	,546
	28				

Chi-Square Tests

	Monte Carlo .	Monte Carlo Sig. (1-sided)		
	99%.	Sig.	99% Confidence Interval	
	Upper Bound		Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	,053			
Likelihood Ratio	,080			
Fisher's Exact Test	,043			
Linear-by-Linear Association	,571	,281b	,269	,293

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,18.

b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 957002199.

c. The standardized statistic is ,846.

DATASET ACTIVATE DataSet1.

/COMPRESSE

D. CROSSTABS

/TABLES=Antes 01 BY Nacionalidade

/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ

/CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL

/COUNT ROUND CELL

/METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Família * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Família* Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Família	Sim	Count	6	12	18
		%within Família	33,3%	66,7%	100,0%
		%within Nacionalidade	54,5%	70,6%	64,3%
		%of Total	21,4%	42,9%	64,3%
	Não	Count	5	5	10
		%within Família	50,0%	50,0%	100,0%
		%within Nacionalidade	45,5%	29,4%	35,7%
		%of Total	17,9%	17,9%	35,7%
Total	Count	11	17	28	
	%within Família	39,3%	60,7%	100,0%	
	%within Nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%	
	%of Total	39,3%	60,7%	100,0%	

Chi-Square Testsc

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,749a	1	,387	,444	,321
Continuity	,213	1	,644		
Correctionb	,743	1	,389	,444	,321
Likelihood Ratio				,444	,321
Fisher's Exact Test	,722d	1	,396	,444	,321
Linear-by-Linear Association	28				

Chi-Square Testsc

	Point Probability
Pearson Chi-Square	,218
Continuity	
Correctionb	
Likelihood Ratio	
Fisher's Exact Test	
Linear-by-Linear Association	

- a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,93.
- b. Computed only for a 2x2 table
- c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.
- d. The standardized statistic is -,850.

CROSSTABS

/TABLES=Com familiares BY Nacionalidade
/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ
 /CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL
 /COUNT ROUND CELL
 /METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Com_familiares * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Com_familiares * Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade	
			Moldávia	Ucrânia
Com_familiares	De 2 em 2 dias	Count	3	6
		%within Com_familiares	33,3%	66,7%
		%within Nacionalidade	27,3%	35,3%
		%of Total	10,7%	21,4%
	Uma vez par semana	Count	8	10
		%within Com_familiares	44,4%	55,6%
		%within Nacionalidade	72,7%	58,8%
		%of Total	28,6%	35,7%
	Não contacto com ninguém	Count	0	1
		%within Com_familiares	0,0%	100,0%
		%within Nacionalidade	0,0%	5,9%
		%of Total	0,0%	3,6%
Total	Count	11	17	
	%within Com_familiares	39,3%	60,7%	
	%within Nacionalidade	100,0%	100,0%	
	%of Total	39,3%	60,7%	

Com_familiares * Nacionalidade Crosstabulation

			Total
Com familiares	De 2 em 2 dias	Count	9
		%within Com familiares	100,0%
		%within Nacionalidade	32,1%
		%of Total	32,1%
	Uma vez por semana	Count	18
		%within Com_familiares	100,0%
		%within Nacionalidade	64,3%
		%of Total	64,3%
	Não contacto com ninguém	Count	1
		%within Com_familiares	100,0%
		%within Nacionalidade	3,6%
		%of Total	3,6%
Total	Count	28	
	%within Com familiares	100,0%	
	%within Nacionalidade	100,0%	
	%of Total	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-	
				Sig.	99%.
					Lower Bound
Pearson Chi-Square	,982a	2	,612	,811 ^a	,801
Likelihood Ratio	1,333	2	,514	,811b	,801
Fisher's Exact Test	,966			,811b	,801
Linear-by-Linear Association	,180c	1	,671	,839b	,829
	28				

Chi-Square Tests

	Monte Carlo .	Monte Carlo Sig. (1-sided)		
	99%.	Sig.	99% Confidence Interval	
	Upper Bound		Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	,821	,508b	,495	,521
Likelihood Ratio	,821			
Fisher's Exact Test	,821			
Linear-by-Linear Association	,848			

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,39.

b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 92208573.

c. The standardized statistic is ,424.

CROSSTABS

/TABLES=Adaptou BY Nacionalidade
 /FORMAT=AVALUE TABLES
 /STATISTICS=CHISQ
 /CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL
 /COUNT ROUND CELL

Crosstabs

Case Processing
Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Adaptou * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Adaptou * Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Adaptou	Bem	Count	2	7	9
		% within Adaptou	22,2%	77,8%	100,0%
		%within Nacionalidade	18,2%	41,2%	32,1%
		%of Total	7,1%	25,0%	32,1%
	Mais ou menos	Count	4	6	10
		% within Adaptou	40,0%	60,0%	100,0%
		%within Nacionalidade	36,4%	35,3%	35,7%
		%of Total	14,3%	21,4%	35,7%
	Com dificuldades	Count	5	4	9
		% within Adaptou	55,6%	44,4%	100,0%
		%within Nacionalidade	45,5%	23,5%	32,1%
		%of Total	17,9%	14,3%	32,1%
Total	Count	11	17	28	
	% within Adaptou	39,3%	60,7%	100,0%	
	%within Nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%	
	%of Total	39,3%	60,7%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Monte Carlo Sig. (2-	
				Sig.	99%.
					Lower Bound
Pearson Chi-Square	2,100a	2	,350	,395 ^a	,383
Likelihood Ratio	2,160	2	,340	,395b	,383
Fisher's Exact Test	2,057			,395b	,383
Linear-by-Linear Association	2,021c	1	,155	,231b	,220
	28				

Chi-Square Tests

	Monte Carlo .	Monte Carlo Sig. (1-sided)		
	99%.	Sig.	99% Confidence Interval	
	Upper Bound		Lower Bound	Upper Bound
Pearson Chi-Square	,408			
Likelihood Ratio	,408			
Fisher's Exact Test	,408			
Linear-by-Linear Association	,242	,117b	,109	,125

a. 3 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,54.

b. Based on 10000 sampled tables with starting seed 1993510611.

c. The standardized statistic is -1,422.

/COMPRESSE

D. CROSSTABS

/TABLES=Prioritario_01 BY Nacionalidade

/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ

/CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL

/COUNT ROUND CELL

/METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Prioritario_01 * Nacionalidade	28	90,3%	3	9,7%	31	100,0%

Prioritario_01 * Nacionalidade Crosstabulation

				Nacionalidade		Total
				Moldávia	Ucrânia	
Prioritário 01	Sim	Count		10	16	26
		% within Prioritário 01		38,5%	61,5%	100,0%
		% within Nacionalidade		90,9%	94,1%	92,9%
		%of Total		35,7%	57,1%	92,9%
	Não	Count		1	1	2
		% within Prioritario_01		50,0%	50,0%	100,0%
		% within Nacionalidade		9,1%	5,9%	7,1%
		%of Total		3,6%	3,6%	7,1%
Total	Count			11	17	28
	% within Prioritario_01			39,3%	60,7%	100,0%
	% within Nacionalidade			100,0%	100,0%	100,0%
	%of Total			39,3%	60,7%	100,0%

Chi-Square Testsc

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,104a	1	,747	1,000	,640
Continuity	,000	1	1,000		
Correctionb	,101	1	,750	1,000	,640
Likelihood Ratio				1,000	,640
Fisher's Exact Test	,100d	1	,752	1,000	,640
Linear-by-Linear Association	28				

Chi-Square Testsc

	Point Probability
Pearson Chi-Square	,495
Continuity	
Correctionb	
Likelihood Ratio	
Fisher's Exact Test	
Linear-by-Linear Association	

- 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,79.
- Computed only for a 2x2 table
- For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results.
- The standardized statistic is -,316.

USE ALL.

COMPUTE filter \$=(Futuro< 3).

VARIABLE LABELS filter_\$ 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_1 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_2 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_3 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_4 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_5 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_6 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_7 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_8 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_9 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_10 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_11 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_12 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_13 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_14 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_15 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_16 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_17 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_18 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_19 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_20 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_21 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_22 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_23 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_24 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_25 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_26 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_27 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_28 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_29 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_30 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_31 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_32 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_33 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_34 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_35 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_36 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_37 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_38 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_39 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_40 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_41 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_42 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_43 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_44 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_45 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_46 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_47 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_48 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_49 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_50 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_51 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_52 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_53 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_54 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_55 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_56 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_57 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_58 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_59 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_60 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_61 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_62 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_63 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_64 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_65 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_66 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_67 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_68 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_69 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_70 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_71 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_72 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_73 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_74 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_75 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_76 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_77 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_78 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_79 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_80 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_81 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_82 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_83 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_84 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_85 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_86 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_87 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_88 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_89 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_90 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_91 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_92 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_93 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_94 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_95 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_96 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_97 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_98 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_99 'Futuro<3 (FILTER)'.
 filter_100 'Futuro<3 (FILTER)'.

VALUE LABELS filter_\$ 0 'NotSelected' 1 'Selected'. FORMATS

filter_\$ (fl.O).

FILTER BY filter_\$.

EXECUTE.

CROSTABS

/TABLES=Futuro BY Nacionalidade

/FORMAT=AVALUE TABLES

/STATISTICS=CHISQ

/CELLS=COUNT ROW COLUMN TOTAL

/COUNT ROUND CELL

/METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).

Crosstabs

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Futuro* Nacionalidade	23	88,5%	3	11,5%	26	100,0%

Futuro* Nacionalidade Crosstabulation

			Nacionalidade		Total
			Moldávia	Ucrânia	
Futuro	Ficar	Count	2	9	11
		%within Futuro	18,2%	81,8%	100,0%
		%within Nacionalidade	28,6%	56,2%	47,8%
		%of Total	8,7%	39,1%	47,8%
	Voltar	Count	5	7	12
		%within Futuro	41,7%	58,3%	100,0%
		%within Nacionalidade	71,4%	43,8%	52,2%
		%of Total	21,7%	30,4%	52,2%
Total		Count	7	16	23
		%within Futuro	30,4%	69,6%	100,0%
		% within Nacionalidade	100,0%	100,0%	100,0%
		%of Total	30,4%	69,6%	100,0%

Chi-Square Testsc

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	1,495a	1	,221	,371	,222
Continuity	,592	1	,442		
Correctionb	1,535	1	,215	,371	,222
Likelihood Ratio				,371	,222
Fisher's Exact Test	1,430d	1	,232	,371	,222
Linear-by-Linear Association	23				

Chi-Square Testsc

	Point Probability
Pearson Chi-Square	
Continuity	
Correctionb	
Likelihood Ratio	
Fisher's Exact Test	,178
Linear-by-Linear Association	

- a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,35. b. Computed only for a 2x2 table
- c. For 2x2 crosstabulation, exact results are provided instead of Monte Carlo results. d. The standardized statistic is -1,196.

Anexo C – Estatísticas Descritivas

Frequencies - Frequency Table

		idade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	34	2	6,5	6,5	6,5
	35	2	6,5	6,5	12,9
	37	1	3,2	3,2	16,1
	38	4	12,9	12,9	29,0
	39	1	3,2	3,2	32,3
	40	1	3,2	3,2	35,5
	45	2	6,5	6,5	41,9
	47	3	9,7	9,7	51,6
	48	2	6,5	6,5	58,1
	49	2	6,5	6,5	64,5
	50	3	9,7	9,7	74,2
	51	2	6,5	6,5	80,6
	54	1	3,2	3,2	83,9
	55	3	9,7	9,7	93,5
	56	1	3,2	3,2	96,8
	57	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

		Nacionalidade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Brasileira	3	9,7	9,7	9,7
	Moldávia	11	35,5	35,5	45,2
	Ucrânia	17	54,8	54,8	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

		escolaridade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent

Valid	Básicos	9	29,0	29,0	29,0
	Profissionais	5	16,1	16,1	45,2
	Universitário	16	51,6	51,6	96,8
	s Não tem	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Entrada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Visto de curta duração	31	100,0	100,0	100,0

Anos PT

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 3	2	6,5	6,5	6,5
4	2	6,5	6,5	12,9
5	2	6,5	6,5	19,4
6	3	9,7	9,7	29,0
7	6	19,4	19,4	48,4
8	5	16,1	16,1	64,5
9	1	3,2	3,2	67,7
10	5	16,1	16,1	83,9
11	1	3,2	3,2	87,1
12	3	9,7	9,7	96,8
14	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Anos PT	31	3	14	7,87	2,778
Valid N (listwise)	31				

Frequencies

Frequency Table

Profissão atual

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid motorista internacional	31	100,0	100,0	100,0

Tipo contrato

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid a prazo	3	9,7	9,7	9,7
efetivo	28	90,3	90,3	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Ternpo_demora_contrato

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	3,2	3,2	3,2
	2	12	38,7	38,7	41,9
	3	14	45,2	45,2	87,1
	4	1	3,2	3,2	90,3
	6	3	9,7	9,7	100,0
Total		31	100,0	100,0	

Percurso

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Portugal	14	45,2	45,2	45,2
Alemanha Portugal	3	9,7	9,7	54,8
Bélgica Portugal	4	12,9	12,9	67,7
Holanda Portugal	10	32,3	32,3	100,0
Inglaterra	31	100,0	100,0	

Motivos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Tinha oferta de emprego	13	41,9	41,9	41,9
Tinha família	13	41,9	41,9	83,9
Enfrentava dificuldades	5	16,1	16,1	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Antes_01

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	21	67,7	100,0	100,0
Missing System	10	32,3		
Total	31	100,0		

Antes_02

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	11	35,5	100,0	100,0
Missing System	20	64,5		
Total	31	100,0		

Antes_03

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	3	9,7	100,0	100,0
Missing System	28	90,3		
Total	31	100,0		

Viver

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	Família	21	67,7	75,0	75,0
	Não Familiares	3	9,7	10,7	85,7
	Amigos do seu País de Origem	4	12,9	14,3	100,0
	Total	28	90,3	100,0	
Missing	System	3	9,7		
Total		31	100,0		

Lugares_01

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	31	100,0	100,0	100,0

Lugares_02

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	4	12,9	100,0	100,0
Missing System	27	87,1		
Total	31	100,0		

Lugares_03

	Frequency	Percent
Missing System	31	100,0

Lugares_04

	Frequency	Percent
Missing System	31	100,0

Lugares_05

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	7	22,6	100,0	100,0
Missing System	24	77,4		
Total	31	100,0		

Lugares_os

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	8	25,8	100,0	100,0
Missing System	23	74,2		
Total	31	100,0		

Lugares_07

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	9	29,0	100,0	100,0
Missing System	22	71,0		
Total	31	100,0		

Associação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Facção	2	6,5	6,5	6,5
Gostava de fazer	29	93,5	93,5	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Com_familiares

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid De 2 em 2 dias	9	29,0	29,0	29,0
Uma vez por semana	21	67,7	67,7	96,8
Não contacto com ninguém	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Como_conseguiu_Emprego

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	22	71,0	71,0	71,0
2	9	29,0	29,0	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Remuneração

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2	31	100,0	100,0	100,0

0_24_01

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2	31	100,0	100,0	100,0

0_24_02

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2	31	100,0	100,0	100,0

0_24_03

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 2	31	100,0	100,0	100,0

Q_25

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	31	100,0	100,0	100,0

Adaptou

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Bem	10	32,3	32,3	32,3
Mais ou menos	12	38,7	38,7	71,0
Com dificuldades	9	29,0	29,0	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Dificuldades_01

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	20	64,5	64,5	64,5
2	5	16,1	16,1	80,6
3	2	6,5	6,5	87,1
4	4	12,9	12,9	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Prioritario_01

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	26	83,9	100,0	100,0
Missing System	5	16,1		
Total	31	100,0		

Prioritario_02

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	7	22,6	100,0	100,0
Missing System	24	77,4		
Total	31	100,0		

Prioritario_03

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	3	9,7	100,0	100,0
Missing System	28	90,3		
Total	31	100,0		

Prioritario_04

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	31	100,0	100,0	100,0

Prioritario_05

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	11	35,5	100,0	100,0
Missing System	20	64,5		
Total	31	100,0		

Opinioao_intregação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	21	67,7	67,7	67,7
2	9	29,0	29,0	96,8
3	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Portugal

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	28	90,3	90,3	90,3
Não	2	6,5	6,5	96,8
Mais ou menos	1	3,2	3,2	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Considera-se

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Unicamente do seu pais de origem	3	9,7	9,7	9,7
Dos dois	28	90,3	90,3	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Pianos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	2	6,5	6,5	6,5
2	22	71,0	71,0	77,4
3	7	22,6	22,6	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Futuro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ficar	12	38,7	38,7	38,7
	Voltar	14	45,2	45,2	83,9
	Imigrar	4	12,9	12,9	96,8
	Outra	1	3,2	3,2	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

DESCRIPTIVES VARIABLES=idade
/STATISTICS=MEAN STDDEV MIN MAX.

Descriptives

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
idade	31	34	57	45,65	7,315
Valid N (listwise)	31				

Frequencies

Statistics

Ponto	Entrada	
N	Valid	31
	Missing	0

Ponto_Entrada

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Badajoz	28	90,3	90,3	90,3
	Portela	3	9,7	9,7	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

DESCRIPTIVES VARIABLES=Anos PT
/STATISTICS=MEAN STDDEV MIN MAX.

Descriptives

FREQUENCIES VARIABLES=Tempo_demora_contrato
/ORDER=ANALYSIS.

Frequencies

Frequencies

Futuro

FREQUENCIES VARIABLES=Considera-se
/ORDER=ANALYSIS.

Frequencies

Considera-se

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Unicamente do seu pais de origem	3	9,7	9,7	9,7
	Dos dois	28	90,3	90,3	100,0
	Total	31	100,0	100,0	

Frequencies

Q_34

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Rendimentos	26	83,9	83,9	83,9
	Local	2	6,5	6,5	90,3
	Cultura	3	9,7	9,7	100,0
	Total	31	100,0	100,0	